



Grupo Banco Europeu de Investimento • Grupo Banco Europeu de Investimento • Grupo Banco Europeu de Investimento • Grupo Banco Europeu de Investimento

Volume I

# Relatório de Actividades





Grupo Banco Europeu de Investimento • Grupo Banco Europeu de Investimento • Grupo Banco Europeu de Investimento

Volume I

# Relatório de Actividades

O **Relatório Anual de 2010 do Grupo BEI** compõe-se de quatro volumes separados:

- o Relatório de Actividades, que apresenta as actividades do Grupo BEI no ano transacto e as perspectivas futuras;
- o Relatório Financeiro, que apresenta as demonstrações financeiras do BEI, do Grupo BEI (de acordo com as IFRS e as directivas da UE) e do FEI, acompanhadas dos anexos explicativos respectivos;
- o Relatório Estatístico, que apresenta a lista de projectos financiados e a captação de fundos realizada pelo BEI em 2010, juntamente com a lista de projectos apoiados pelo FEI. Também inclui os quadros sinópticos das operações relativos ao exercício em apreço e aos cinco exercícios anteriores; e
- o Relatório de Responsabilidade Institucional, que apresenta informações pormenorizadas sobre práticas de responsabilidade institucional.

O Relatório Anual também é disponibilizado no *site* do BEI na Internet: [www.eib.org/report](http://www.eib.org/report).

Principais resultados de 2010	3
Mensagem do Presidente	4
Apoiar o crescimento económico e o emprego	6
⇒ Ajudar as regiões de convergência da União Europeia	9
⇒ Financiar as pequenas e médias empresas	12
⇒ Construir a infra-estrutura do mercado interno	15
⇒ Promover a inovação	17
⇒ Garantir um aprovisionamento energético seguro e competitivo	20
Apoiar as acções a favor do clima	22
⇒ Investir nas energias renováveis e na eficiência energética	25
⇒ Financiar o mercado e o armazenamento do carbono	27
⇒ Promover a sustentabilidade das cidades	30
⇒ Promover a adaptação às alterações climáticas	33
Criar parcerias a nível global	34
Acção conjunta com a Comissão Europeia e outras instituições financeiras internacionais	42
Uma instituição responsável	46
Capital do BEI e captação de fundos em 2010	50
Governança do BEI	54
⇒ Órgãos estatutários do BEI	55
⇒ Órgãos estatutários do FEI	57
⇒ O Comité Executivo do BEI	58

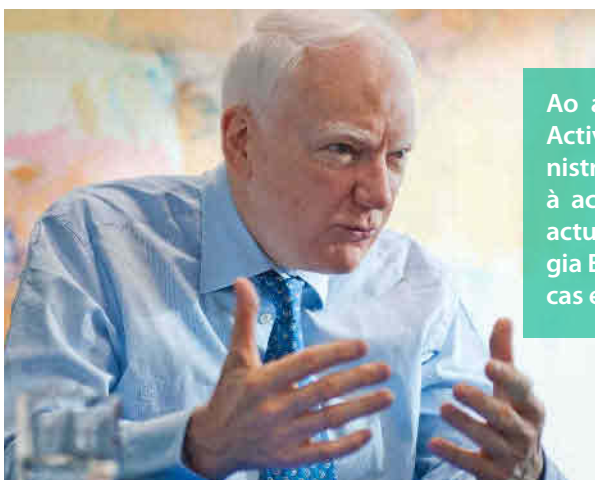


## Principais resultados de 2010

- ✓ O total dos financiamentos do BEI alcançou os **72 000 milhões de EUR em 2010** – 63 000 milhões de EUR na União Europeia e 9 000 milhões de EUR no resto do mundo.
  - ✓ Em 2010, o BEI financiou 460 grandes projectos em **72 países**.
  - ✓ O financiamento de acções a favor do clima na União Europeia aumentou significativamente para **19 000 milhões de EUR**, representando **30 %** dos financiamentos concedidos pelo Banco na UE.
  - ✓ Em 2010, o BEI completou a atribuição de uma dotação trienal adicional de **apoio à recuperação** no montante de **61 000 milhões de EUR** – mais 11 000 mil milhões de EUR do que o inicialmente planeado.
  - ✓ Em 2010, **115 000** pequenas e médias empresas beneficiaram do financiamento do Grupo BEI.
  - ✓ O financiamento destinado às regiões de convergência da União Europeia severamente afectadas pela crise económica e financeira ascendeu a **26 000 milhões de EUR em 2010**.
  - ✓ O BEI captou **67 000 milhões de EUR** nos mercados obrigacionistas mundiais.
- 



# Mensagem do Presidente



Ao aprovar, em Dezembro de 2010, o Plano de Actividades para 2011-2013<sup>1</sup>, o Conselho de Administração do BEI imprimiu uma tripla orientação à acção do Banco. Nos próximos anos, o BEI vai actuar em três dimensões: a aplicação da Estratégia Europa 2020, a luta contra as alterações climáticas e o apoio à política externa da União Europeia.

## ⇒ A Estratégia Europa 2020

Face à crise financeira e, posteriormente, económica que irrompeu em 2008, os Estados europeus deram uma resposta de curto prazo com carácter de urgência sob a forma de planos nacionais diferentes para assegurar o salvamento do sector bancário e estimular a recuperação da economia. Estes planos foram sustentados pelo Plano de Relançamento da Economia Europeia, aprovado pelo Conselho Europeu em Dezembro de 2008. O BEI participou neste esforço, aumentando o seu volume de empréstimos de 48 000 milhões de EUR em 2007 para 79 000 milhões de EUR em 2009 e orientando esta injeção de recursos financeiros na economia real para os sectores identificados como prioritários pelo Conselho, em particular o apoio às PME.

Depois desta resposta de curto prazo que permitiu evitar o pior, torna-se agora necessário dar uma resposta de prazo mais longo: a Estratégia Europa 2020, ou seja, a realização concertada de reformas e de investimentos destinados a aumentar o potencial de crescimento da economia europeia, um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. O elemento crítico está no aumento da taxa de emprego e de produtividade, que deve articular-se em torno do «triângulo do conhecimento», a saber: a

**formação**, nomeadamente a fim de aumentar o número de diplomados do ensino superior, a **investigação**, para fazer avançar a fronteira tecnológica e a **inovação**, cuja difusão no conjunto da economia importa acelerar.

O BEI está disponível para dar um contributo significativo para a implementação desta estratégia. Ainda em 2010, o Banco financiou projectos no sector da educação com mais de 4 000 milhões de EUR e projectos de IDI (investigação-desenvolvimento-inovação) com mais de 7 000 milhões de EUR. O BEI pretende aumentar os financiamentos nestes domínios, dado que o reforço do «triângulo do conhecimento» tem não só um impacto positivo na competitividade, mas também um papel decisivo na luta contra a pobreza e a exclusão social. Para o efeito, o BEI tenciona continuar a desenvolver instrumentos de financiamento conjunto com a Comissão, como o Mecanismo de Financiamento com Partilha de Riscos (MFPR) destinado à investigação. Este tipo de instrumentos tem um efeito multiplicador no orçamento comunitário (com o mesmo montante, o orçamento apoia um maior volume de investimento), aliviando ao mesmo tempo as restrições de capital do BEI (com o mesmo montante de capital, o BEI pode assegurar um volume mais elevado de empréstimos)<sup>2</sup>. Parece-nos evidente que o contributo do BEI para a Estratégia Europa 2020 será tanto mais eficaz quanto consiga apoiar-se numa cooperação pragmática (e não burocrática) com a Comissão Europeia e com outras instituições financeiras<sup>3</sup>.

<sup>1</sup> Ver <http://www.eib.org/about/publications/operational-plan-2011-2013.htm>

<sup>2</sup> As operações realizadas ao abrigo do MFPR ilustram este duplo efeito. No final de 2010, uma contribuição de 390 milhões de EUR do orçamento da UE, juntamente com uma dotação de capital de 772 milhões de EUR do BEI tinham permitido ao BEI conceder empréstimos ao abrigo do MFPR no montante de 6 300 milhões de EUR para um total de investimentos em investigação de 16 200 milhões de EUR.

<sup>3</sup> Ver p. 42



### ⇒ A luta contra as alterações climáticas

A luta contra as alterações climáticas e os seus efeitos por vezes dramáticos tornou-se uma prioridade para a União Europeia e, por conseguinte, para o BEI. O acidente nuclear de Fukushima e as alterações de paradigma que envolve reforçam a necessidade de investir maciçamente na poupança energética, nas energias renováveis e nas novas tecnologias energéticas.

Em 2010, os empréstimos do BEI para projectos que contribuem directamente para reduzir o volume de emissões de gases com efeito de estufa<sup>4</sup> ascenderam a 20 500 milhões de EUR, ou seja, cerca de 30 % do total dos empréstimos concedidos. Entre estes, os empréstimos para projectos no domínio das **energias renováveis** representaram 6 200 milhões de EUR e destinaram-se principalmente a projectos de produção de energia eólica ou solar. Os empréstimos para projectos de melhoria da **eficiência energética** ascenderam a 2 300 milhões de EUR em 2010 e prevê-se que aumentem nos próximos anos. Com efeito, existe ainda um enorme potencial de poupança energética a realizar, em particular nos edifícios públicos e nas habitações de numerosas cidades e vilas europeias. Os investimentos no desenvolvimento dos **transportes urbanos** e na redução da poluição causada pelo transporte individual foram financiados por empréstimos do BEI no montante de 7 900 milhões de EUR em 2010.

Em simultâneo, o BEI encontra-se na vanguarda do desenvolvimento de uma metodologia, inevitavelmente complexa devido às dificuldades técnicas a superar, destinada a avaliar com maior precisão a «pegada de carbono» no conjunto dos projectos que financia. Este esforço particular demonstra a nossa vontade de fazer do combate às alterações climáticas uma prioridade essencial da nossa actuação futura.

### ⇒ A política externa da União Europeia

Nenhuma potência pode afirmar a sua presença na cena internacional sem apoio financeiro. A China entendeu bem esta asserção: intervém financeiramente no mundo inteiro para apoiar os seus objectivos de política externa. Se a União Europeia pretende realmente prosseguir uma política externa com alguma influência no mundo, deve também dispor de um braço financeiro. Se a União assim o entender, o BEI pode ser este braço.

Esta é uma das conclusões principais do Relatório Camdessus sobre o mandato externo do BEI<sup>5</sup>. Resta saber se os Estados-Membros, que são também os accionistas do BEI, darão seguimento a esta recomendação e farão uma escolha clara aquando da elaboração das perspectivas financeiras para 2014-2020. Tal opção exigiria uma cooperação estreita entre o Serviço Europeu para a Acção Externa e os serviços do BEI responsáveis pelas operações no exterior, bem como uma coordenação reforçada com outras instituições financeiras internacionais e nacionais.

Neste início de século, a União Europeia tem pela frente numerosos desafios. No que respeita a, pelo menos, alguns deles, a União deve poder contar com o BEI e com o seu pessoal qualificado e, bem assim, com a sua solidez financeira, competência técnica e boa governação.

Philippe Maystadt

<sup>4</sup> Para entrar nesta categoria, o projecto deve permitir uma redução de, pelo menos, 20 % do volume de emissões.

<sup>5</sup> Com vista à revisão do mandato externo, o Conselho Ecofin aprovou a criação de um grupo de peritos, presidido por Michel Camdessus e incumbido de apresentar recomendações à Comissão, ao Conselho e ao Parlamento Europeu. Este relatório foi entregue em 9 de Fevereiro de 2010.

Ver <http://www.eib.org/about/documents/mtr-external-mandate-report-steering-committee.htm>

# Apoiar o crescimento económico e o emprego







Em 2010, o BEI concluiu com êxito as suas medidas anticrise, tomadas ao longo de dois anos, e iniciou o regresso aos níveis de financiamento anteriores à crise.

Os contratos de financiamento assinados com clientes totalizaram 71 800 milhões de EUR, face ao valor recorde de 79 000 milhões de EUR de 2009, no pico da crise. Os desembolsos ascenderam a 58 700 milhões de EUR, em comparação com 54 000 milhões de EUR no ano anterior.

Com a melhoria das condições de mercado para as grandes empresas e as contrapartes do sector bancário, a procura por operações tradicionais de empréstimo do BEI começou a decrescer à medida que estes clientes tiveram mais facilidade em contrair empréstimos junto dos mercados de crédito e de capitais e deixaram de depender tanto do BEI. Consequentemente, o BEI começou a recentrar a sua atenção nas operações em que o seu financiamento é susceptível de ter um impacto maior no crescimento económico.

O financiamento de projectos com um grau mais elevado de risco e benefício em áreas como a investigação, o desenvolvimento de infra-estruturas sustentáveis e a inovação tem o maior impacto no potencial de crescimento da economia.

A estratégia de concessão de empréstimos do BEI nos anos vindouros será alinhada com os objectivos da estratégia Europa 2020 e com as necessidades da acção a favor do clima (à qual é dedicado um capítulo separado). O Banco continuará a cooperar com a Comissão Europeia no sentido de desenvolver instrumentos de financiamento inovadores nestas duas áreas.

*O crescimento sustentável implica promover uma economia mais eficiente em termos de utilização dos recursos, mais ecológica e mais competitiva*



I&D para uma nova geração de motores para aviões comerciais, Safran, França

### A Estratégia Europa 2020

Na sequência do Plano de Relançamento da Economia Europeia que orientou a União Europeia ao longo da crise, a estratégia Europa 2020 para o crescimento e o emprego, aprovada pelo Conselho Europeu em 2010 é o roteiro para o futuro. A estratégia privilegia o investimento em áreas que contribuam para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. Crescimento inteligente significa desenvolver uma economia baseada no conhecimento e na inovação. Crescimento sustentável implica promover uma economia mais eficiente em termos de utilização dos recursos, mais ecológica e mais competitiva. Crescimento inclusivo significa fomentar uma economia com níveis elevados de emprego que assegure a coesão económica, social e regional.

A estratégia Europa 2020 visa cinco áreas principais: emprego; investigação e inovação; actuação em favor do clima e energia; educação; combate à

pobreza. Estes objectivos estão interligados. Uma melhor educação favorece a empregabilidade e os progressos no aumento da taxa de emprego ajudam a reduzir a pobreza. Uma maior capacidade de investigação e desenvolvimento, bem como a inovação em todos os sectores da economia, combinada com uma utilização mais eficiente dos recursos, melhora a competitividade e favorece a criação de emprego. O investimento em tecnologias mais limpas ajuda a conservar o nosso meio ambiente, contribui para combater as alterações climáticas e cria novas oportunidades de negócio e de emprego. O BEI tem um papel a desempenhar em todos estes aspectos.

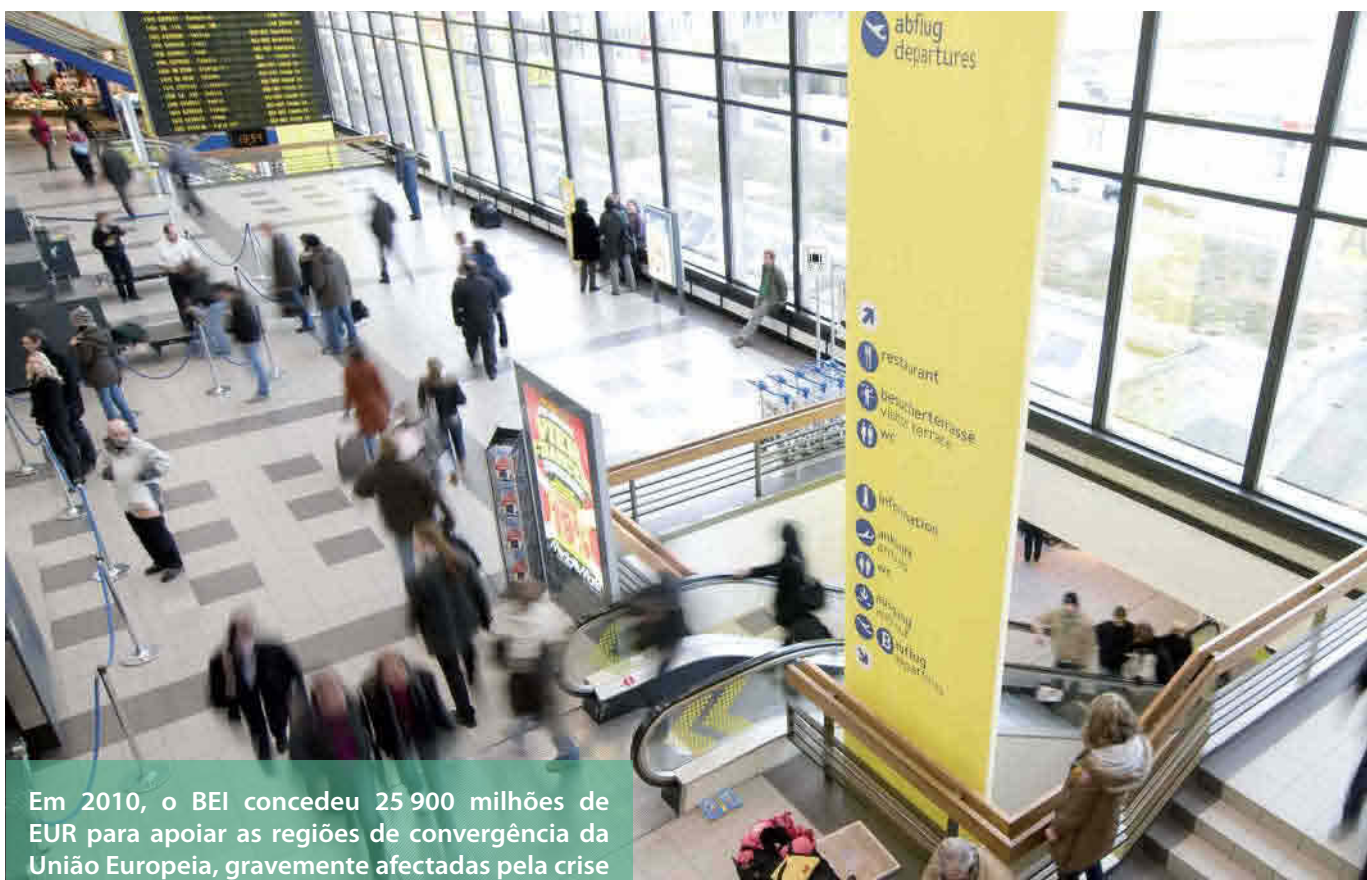
Para promover a estratégia Europa 2020, o BEI criou, em 2010, um grupo de trabalho específico, incumbido de analisar de que forma o Banco pode coordenar e apoiar melhor os investimentos em projectos na área dos transportes, investigação, desenvolvimento e inovação (IDI), energia e acção climática, bem como na coesão e na convergência.



STMicronics: operador de câmara limpa, França



## Ajudar as regiões de convergência da União Europeia



Em 2010, o BEI concedeu 25 900 milhões de EUR para apoiar as regiões de convergência da União Europeia, gravemente afectadas pela crise económica e financeira.

Aeroporto de Berlim, Alemanha

O apoio às regiões de convergência permaneceu no nível elevado de 41 % do total dos financiamentos na UE. Durante o ano, os empréstimos para programas estruturais (EPE) excepcionalmente elevados ajudaram a garantir a continuidade do investimento público em alguns Estados-Membros.

Os empréstimos para programas estruturais são empréstimos-quadro destinados a financiar parte da contribuição dos orçamentos nacionais para o investimento numa vasta gama de projectos prioritários apoiados pelos Fundos Estruturais da União Europeia. Em tempos de austeridade, tem sido difícil para alguns Estados-Membros financiar a sua própria contribuição, pondo em risco a realização de

investimentos passíveis de aumentar o seu produto interno bruto. O pré-financiamento pelo BEI das contribuições desses países é tanto mais importante quanto estabiliza o investimento e contribui para a recuperação e o crescimento.

O empréstimo de 2 000 milhões de EUR para programas estruturais do Governo grego foi o maior empréstimo de sempre concedido pelo BEI à Grécia. Tem por objectivo apoiar a recuperação da economia e acelerar a transição para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, de acordo com a estratégia Europa 2020. Deste empréstimo, 500 milhões de EUR foram desembolsados ainda em 2010. No curto prazo, o empréstimo reduzirá o risco de adiamento de



*Os empréstimos excepcionalmente elevados do BEI ajudaram a garantir a continuidade do investimento público em alguns Estados-Membros*

investimentos em importantes infra-estruturas e activos na região. Os fundos serão usados para apoiar o investimento nos domínios do transporte ferroviário, da protecção ambiental, da eficiência energética e energias renováveis, da água, do tratamento de resíduos, da investigação e desenvolvimento e das tecnologias da informação e da comunicação. Os empréstimos do BEI na Grécia totalizaram 3 100 milhões de EUR em 2010, comparados com 1 600 milhões de EUR no ano anterior.

Do empréstimo de 1 500 milhões de EUR que o Banco concedeu a Portugal, uma *tranche* inicial de 450 milhões de EUR foi desembolsada em 2010. Os fundos foram utilizados para apoiar investimentos públicos numa ampla variedade de sectores, incluindo os transportes, as tecnologias da informação e da comunicação (TIC), a água, o tratamento de resíduos, a eficiência energética e as energias renováveis. O financiamento total do BEI em Portugal alcançou os 3 400 milhões de EUR (3 700 milhões de EUR em 2009).

O Governo polaco recebeu também um empréstimo-quadro, no valor de 2 000 milhões de EUR, que foi, por seu turno, o maior empréstimo da história do BEI concedido à Europa Central e Oriental. O financiamento do BEI na Polónia é o mais elevado entre os países que aderiram à União Europeia em ou após 2004 e tem mostrado uma forte tendência de crescimento nos últimos anos. Em 2010, os empréstimos a um conjunto diversificado de clientes dos sectores público e privado ascenderam a 5 600 milhões de EUR, em comparação com 4 800 milhões de EUR em 2009, que haviam já sido superiores em 70 % face ao ano anterior. Ao longo dos últimos cinco anos (2006-2010), o financiamento total do BEI na Polónia ascendeu a 17 500 milhões de EUR.

Os empréstimos-quadro beneficiaram ainda outros países de convergência da UE, incluindo o Chipre,



### Convergência na UE

Desagregação sectorial dos empréstimos assinados em 2010

	Total	
	Montante (milhões de EUR)	%
Infra-estruturas de comunicação	8 099	36
Energia	4 718	21
Desenvolvimento urbano	2 020	9
Resíduos, água e saneamento básico	999	4
Educação e saúde	3 158	14
Indústria	1 302	6
Serviços	1 850	8
Agricultura, pescas, silvicultura	130	1
<b>Total dos empréstimos individuais</b>	<b>22 276</b>	<b>100</b>
<b>Linhas de crédito em regiões de convergência</b>	<b>3 620</b>	
<b>Total dos empréstimos</b>	<b>25 897</b>	





- **JASPERS – Joint Assistance to Support Projects in European Regions**  
– Assistência Conjunta de Apoio a Projectos nas Regiões Europeias  
(BEI, Comissão Europeia, Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento, KfW Bankengruppe);
- **JESSICA – Joint European Support for Sustainable Investment in City Areas**  
– Apoio Europeu Conjunto para o Investimento Sustentável em Áreas Urbanas  
(BEI, Comissão Europeia e Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa);
- **JEREMIE – Joint European Resources for Micro-to-Medium Enterprises initiative** – Recursos Europeus Comuns para as Micro e Médias Empresas  
(FEI, Comissão Europeia);
- **JASMINE – Joint Action to Support Micro-Finance Institutions in Europe**  
– Acção Comum de Apoio às Instituições de Microfinanciamento na Europa  
(FEI, Comissão Europeia).



Metro de superfície em Atenas, Grécia

a República Checa, a Hungria e a Eslováquia. Os empréstimos-quadro do BEI totalizaram 11 600 milhões de EUR em 2010, face a 8 500 milhões de EUR em 2009, reflectindo o rápido aumento na utilização deste produto financeiro.

#### Assistência técnica aos Estados-Membros

A assistência técnica desempenha um papel fundamental para os 12 Estados-Membros que aderiram à União Europeia desde 2004, na medida em que os ajuda na elaboração de propostas para grandes projectos com vista à obtenção de financiamento dos Fundos Estruturais e de Coesão da UE. É esse o papel atribuído à iniciativa JASPERS (*Joint Assistance to Support Projects in European Regions* - Assistência Conjunta de Apoio a Projectos nas Regiões Europeias)

que, desde o seu lançamento em 2006, realizou 399 projectos, apresentou 185 candidaturas de projectos com apoio JASPERS à Comissão e assistiu à aprovação de 104 projectos com apoio desta iniciativa. O volume total de investimento dos projectos realizados já ultrapassou a barreira de 40 000 milhões de EUR. A iniciativa JASPERS prepara-se agora para o período de programação 2014-2020 dos Fundos Estruturais para estar apta a dar início rápido à sua aplicação.

A assistência técnica prestada a título da iniciativa JASPERS é gratuita e visa uma absorção melhor e mais rápida dos fundos disponíveis. Gerida pelo BEI e estabelecida na sede do Banco no Luxemburgo, com representações locais em Bucareste, Varsóvia e Viena, a JASPERS é uma iniciativa conjunta do BEI, da Comissão Europeia, do BERD e do grupo bancário alemão *Kreditanstalt für Wiederaufbau* (KfW).

## Financiar as pequenas e médias empresas



Em 2010, o Grupo BEI financiou 115 000 PME através de intermediários financeiros. O BEI contribuiu com 10 000 milhões de EUR em linhas de crédito a favor de PME, enquanto o FEI prestou garantias e disponibilizou capital de risco a PME no valor total de 2 800 milhões de EUR.

Para o BEI, os valores de 2010 são comparáveis com o nível recorde de 12 700 milhões de EUR registado em 2009, no auge da crise.

O reforço do apoio do BEI às pequenas e médias empresas (PME) foi um dos elementos da contribuição do Banco para o crescimento económico e o emprego ao abrigo do Plano de Relançamento da Economia Europeia aprovado pelo Conselho ECOFIN (ministros das Finanças dos Estados-Membros) em Dezembro de 2008. O objectivo de conceder 30 000 milhões de EUR em empréstimos às PME entre 2008-2011, fixado pelo Conselho ECOFIN em Dezembro de 2008, foi alcançado um ano antes do prazo previsto.

O impacto do aumento do financiamento às PME foi equitativo e generalizado. Mais de 63 000 PME de toda a UE beneficiaram de linhas de crédito concedidas pelo BEI em 2010. Uma das condições impostas aos intermediários que gerem as linhas de crédito do BEI é que cada euro concedido pelo Banco deve ser acompanhado por um empréstimo de valor, no mínimo, equivalente do intermediário, duplicando assim o montante à disposição das PME. Os intermediários obrigam-se ainda a transferir para as PME europeias as vantagens financeiras associadas às condições atractivas do BEI. No final do exercício, mais de 170 intermediários financeiros em 24 dos 27 Estados-Membros mantinham linhas de crédito junto do BEI.

Durante a crise, o Banco fez um esforço importante para ajudar as PME dos Estados-Membros da Europa Central e Oriental (onde as assinaturas em 2010 se mantiveram a um nível próximo do de 2009) e dos países candidatos e potenciais candidatos. Embora continuando a sua cooperação estreita normal com os bancos locais, que enfrentaram dificuldades devido à deterioração das suas carteiras de empréstimos, em 2009 o BEI juntou-se



também ao BERD e ao Grupo Banco Mundial no âmbito do plano de acção conjunta das instituições financeiras internacionais (IFI) destinado a aumentar o apoio às PME na Europa Central e Oriental para 24 500 milhões de EUR em 2009-2010. Neste quadro, o Banco comprometeu-se a duplicar os recursos que normalmente coloca à disposição para um total de 11 000 milhões de EUR até ao final de 2010, uma meta que foi atingida muito antes. Os financiamentos do BEI no âmbito do plano de acção conjunta ascenderam a 14 000 milhões de EUR no final de 2010, mais 25 % do que o inicialmente previsto.

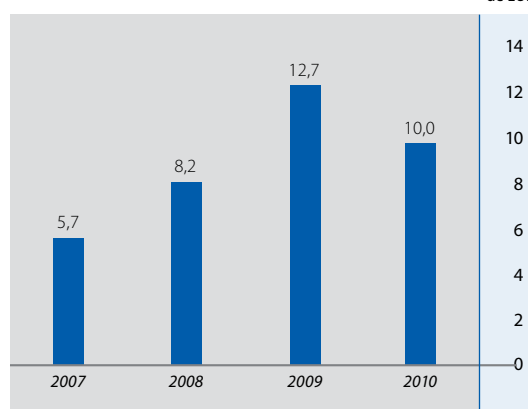
#### Nova fórmula de financiamento para empresas *mid-cap*

Em paralelo, o BEI actualizou os seus financiamentos intermediados a empresas *mid-cap*. Maiores do que as PME mas empregando, ainda assim, menos de 3 000 pessoas, as *mid-cap* carecem ainda de um amplo acesso à gama completa de instrumentos de financiamento de que beneficiam as grandes empresas. A crise financeira teve um impacto imediato e significativo no financiamento à disposição das *mid-cap*, praticamente idêntico ao que se verificou nas PME. Os bancos comerciais, muitas vezes a principal ou única fonte de financiamento das *mid-cap*, restringiram os critérios de concessão de crédito e aumentaram os *spreads*. Existiu o risco de que a contracção do crédito impediria as *mid-cap* de realizar novos investimentos, dificultando assim a recuperação económica europeia.

Aplicando as lições aprendidas com o financiamento das PME, o BEI reviu o empréstimo a favor de *mid-cap*, um programa de empréstimos intermediados criado em 2003, a fim de reforçar o seu apoio em 2010. Os empréstimos *mid-cap* foram concebidos para investimentos até 50 milhões de EUR, que normalmente seriam demasiado reduzidos para justificar um empréstimo directo do BEI, mas ultrapassam também os limites em termos de dimensão da *mid-cap* investidora e de montante de investimento para beneficiarem do financiamento do BEI para as PME. Para projectos com um custo até 25 milhões de EUR, o Banco alinhou agora os seus procedimentos com os procedimentos aplicáveis a empréstimos mais reduzidos a

#### Empréstimos do BEI para PME (2007-2010) na União Europeia

(milhares de milhões de EUR)



#### O impacto do aumento do financiamento às PME foi equitativo e generalizado

favor de PME, enquanto os projectos com um custo entre 25 e 50 milhões de EUR estão sujeitos a uma avaliação simplificada. Este sistema vigora durante um período experimental inicial de dois anos, durante o qual o BEI prevê um aumento substancial do apoio às *mid-cap*.

#### O FEI e as PME

O Fundo Europeu de Investimento (FEI) que, juntamente com o BEI, constitui o Grupo BEI, é especialista no financiamento de PME através de operações de capital de risco. Ao longo de 2010, o FEI continuou a desempenhar um papel fundamental no apoio às PME europeias no rescaldo da crise. Cumprindo o seu papel de investidor de base em fundos de fundos, o FEI alcançou um volume recorde de assinaturas relativas a operações de tomada de participação, disponibilizando recursos ao abrigo de todos os mandatos e promovendo a inovação, o crescimento, o espírito empresarial e a criação de emprego. Graças aos produtos de garantia fornecidos pelo FEI aos intermediários financeiros, mais de 51 000 PME europeias beneficiaram de um melhor acesso ao financiamento. Na sua qualidade de garante das operações de PME, o FEI contribuiu igualmente para a recuperação

do mercado de titularização das PME ao assinar as suas duas primeiras operações desde a crise.

Após uma fase de cuidadosa preparação, o programa de desenvolvimento regional da iniciativa JEREMIE (*Joint European Resources for Micro-to-Medium Enterprises* - Recursos Europeus Comuns para as Micro e Médias Empresas) está agora plenamente operacional, tendo os primeiros financiamentos sido desembolsados em benefício de PME locais. A iniciativa JEREMIE dá às regiões e aos Estados-Membros a possibilidade de utilizar o financiamento dos Fundos Estruturais para criar uma ampla gama de produtos financeiros. Ao alargar o seu âmbito de operações, o FEI participou em novas iniciativas políticas da UE, nomeadamente o Instrumento de Microfinanciamento Europeu PROGRESS (IMEP), criado para melhorar o acesso ao financiamento por parte dos micro-empresários, dos desempregados e de outras pessoas que não têm acesso ao sistema bancário tradicional.

Em 2010, o FEI investiu mais de 930 milhões de EUR em fundos de crescimento e de capital de risco na Europa. Os seus compromissos totalizam agora 5 400 milhões de EUR distribuídos por mais de 350 fundos. O FEI é um dos principais operadores da indústria europeia de *private equity*. Se, por um lado, os instrumentos de capital melhoram o acesso ao capital para as PME, por outro, é igualmente importante responder às necessidades de crédito das PME através da prestação de garantias e da titularização. Em 2010, o FEI concedeu garantias no

#### **PROGRESS: enfrentar a exclusão social com o microfinanciamento**

*O Instrumento de Microfinanciamento Europeu PROGRESS foi constituído conjuntamente pela Comissão Europeia e pelo Banco Europeu de Investimento, que contribuíram com 100 milhões de EUR cada. O instrumento PROGRESS é gerido pelo Fundo Europeu de Investimento e destina-se a melhorar o acesso ao financiamento por parte de certos grupos de risco que têm dificuldades em aceder ao sistema bancário tradicional (por exemplo, os desempregados, as minorias e outras pessoas em risco de exclusão social), visando o auto-emprego e a constituição de microempresas. Espera-se que o instrumento PROGRESS tenha um impacto considerável no combate ao desemprego na UE. No final de 2010, os primeiros 8 milhões de EUR tinham já sido atribuídos a instituições de microfinanciamento. Prevê-se que o efeito multiplicador geral deste instrumento seja de 3 a 3,5 vezes os fundos atribuídos.*

montante total de 1 900 milhões de EUR, ascendendo a carteira agregada de garantias em curso a 14 700 milhões de EUR no final do exercício.

#### **Novos instrumentos e recursos para o FEI**

A fim de proporcionar ao FEI margem de manobra adicional para realizar todas as operações de capital de risco previstas a longo prazo, o BEI decidiu aumentar em 1 000 milhões de EUR os fundos confiados ao FEI ao abrigo do mandato de capital de risco. Os recursos adicionais criam um fundo autónomo e renovável de capital de risco de 5 000 milhões de EUR, que servirá principalmente para apoiar PME de base tecnológica em fase inicial e actuará como catalisador na captação de novos investimentos privados significativos neste sector.

No pico da crise, em 2009, o BEI disponibilizou 1 000 milhões de EUR para o FEI investir por sua conta na *Facilidade de Mezzanine* para o Crescimento. O financiamento *mezzanine* conjuga as características da dívida e dos fundos próprios, e assume frequentemente a forma de empréstimo subordinado ou convertível em capital, sendo especialmente adequado a pequenas empresas em fase de desenvolvimento e em rápido crescimento. No final de 2010 – e em condições de mercado difíceis – o FEI aplicou cerca de 224 milhões de EUR num conjunto de fundos. Os requisitos contratuais asseguram que a contribuição do Banco será no mínimo duplicada, multiplicando significativamente o efeito da intervenção do Grupo BEI.







## Construir a infra-estrutura do mercado interno



Em 2010, o BEI concedeu 7 800 milhões de EUR para as redes de transportes europeias e mais 235 milhões de EUR para o financiamento de projectos de transportes na Sérvia que asseguram a ligação à rede de transportes da UE. Em 2009, os financiamentos concedidos a este sector totalizaram 11 200 milhões de EUR.

Linha ferroviária de alta velocidade, Espanha

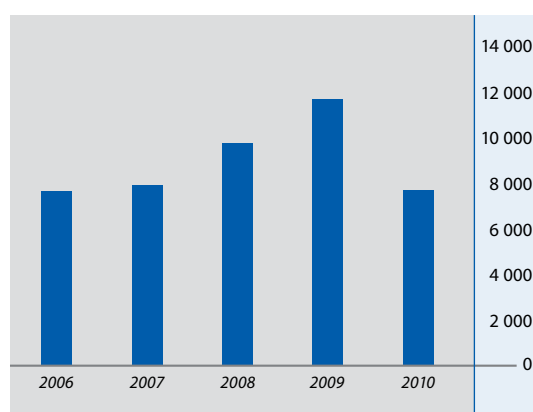
Os empréstimos do BEI para as redes transeuropeias (RTE) são geralmente vultuosos, porquanto apoiam projectos de investimento de grande escala. Quando tais projectos são temporariamente suspensos, como aconteceu por causa da crise económica e financeira, os números relativos à actividade de financiamento do BEI podem sofrer uma variação considerável de um ano para o outro. Não obstante, as ferrovias, as auto-estradas e as vias navegáveis continuam a merecer importância enquanto contribuintes fundamentais para o funcionamento do mercado interno e elementos essenciais para a competitividade da indústria e dos serviços europeus.

Em 2010, os projectos ferroviários absorveram pela primeira vez um maior volume de financiamento do BEI do que os investimentos rodoviários. O financiamento concedido pelo Banco a projectos ferroviários atingiu 4 100 milhões de EUR, o que representa um aumento de 30 % face a 2009 e pouco mais de metade do financiamento total para RTE em 2010. Os projectos rodoviários representaram 2 500 milhões de EUR, comparados com 4 500 milhões de EUR no ano anterior. O comboio de alta velocidade teve um papel importan-

### Redes Transeuropeias de Transportes

Assinaturas 2006-2010: 46 000 milhões de EUR

(milhões de EUR)



te, com quase 2 000 milhões de EUR em empréstimos para a construção de linhas ferroviárias de alta velocidade em Espanha e Portugal, e para o troço do Tirol da ligação ferroviária do Brenner, na Áustria.

Ainda em 2010, o financiamento do BEI a favor dos transportes sustentáveis, incluindo os transportes

urbanos, registou um aumento de 50 % em comparação com 2009, atingindo 9 000 milhões de EUR. A sustentabilidade exige uma combinação de soluções de transporte e o BEI dá prioridade aos investimentos em ferrovias, vias navegáveis interiores e projectos marítimos. O Banco concedeu 125 milhões de EUR para a construção de duas novas eclusas e obras de dragagem em vias navegáveis interiores da região da Valónia. Ambos os projectos se situam no corredor prioritário transeuropeu Reno/Mosa-Meno-Danúbio.

### **Financiamento privado para investimentos públicos**

O bom funcionamento das redes de infra-estruturas é fundamental para garantir a prosperidade económica. A UE irá enfrentar grandes necessidades de investimento em infra-estruturas ao longo da década que agora se inicia: nos «antigos» Estados-Membros, uma parte significativa das infra-estruturas existentes carece de renovação; nos «novos» Estados-Membros, existe ainda a necessidade de aumentar as redes de infra-estruturas. Com a contenção dos orçamentos públicos aumenta a importância relativa do financiamento privado para o investimento em infra-estruturas.

As parcerias público-privadas (PPP) têm desempenhado um papel importante no investimento nas redes de transportes, ainda que o número de parcerias tenha diminuído durante a crise. Nas PPP, as autoridades públicas e as empresas cooperam geralmente para assegurar o financiamento, a construção e a manutenção de projectos de infra-estruturas. Em termos de volume de financiamento, os projectos de PPP representaram 32 % dos empréstimos do BEI para as redes transeuropeias de transportes em 2010.

O BEI possui uma vasta experiência e bons conhecimentos em matéria de financiamento de PPP. Criou o Centro Europeu Especializado em PPP cuja rede de membros inclui agora, para além do BEI e da Comissão, 30 países da UE e associados, bem como numero-

sas regiões. O Centro visa facilitar a eficaz partilha de experiências e boas práticas, apoiar a preparação de projectos e prestar serviços de consultoria aos promotores públicos de projectos prioritários das redes transeuropeias. Além disso, pretende desempenhar um papel no relançamento do financiamento de PPP no futuro.

### **No horizonte: obrigações de financiamento de projectos da UE**

A ideia de lançar as chamadas «obrigações de financiamento de projectos da UE» foi expressa pela primeira vez pelo Presidente da Comissão, José Manuel Durão Barroso, no seu discurso «O Estado da União», proferido em Bruxelas, em Setembro de 2010. O principal objectivo da iniciativa seria o de captar financiamentos adicionais do sector privado para determinados projectos de infra-estruturas. As obrigações para projectos actuariam como um catalisador na captação de capitais privados sem, portanto, aumentarem o financiamento público directo ou contribuírem para o endividamento dos Estados. Estas obrigações seriam subscritas por bancos e investidores institucionais e beneficiariam do apoio, sob a forma de melhoria de crédito, do BEI e da Comissão no âmbito de um mecanismo de partilha de riscos. Os investidores institucionais, nomeadamente os fundos de pensões, têm apetência para investir em activos de infra-estruturas, dado que a sua longa vida ajuda a equilibrar os passivos a longo prazo dos fundos.

As obrigações para projectos são um dos produtos financeiros actualmente em análise no contexto da estratégia Europa 2020 e, se vierem a tornar-se parte integrante dos instrumentos de financiamento de infra-estruturas à disposição da UE, tal não ocorrerá antes do período orçamental de 2014-2020.

*A sustentabilidade exige uma combinação de soluções de transporte: o BEI dá prioridade aos investimentos ferroviários*



## Promover a inovação



O BEI acumulou uma década de experiência e competência na área da economia do conhecimento, tendo concedido cerca de 103 000 milhões de EUR ao longo do período 2000-2010, com 17 000 milhões de EUR só em 2010.

Hospital da Universidade Karolinska, Suécia

impacto positivo na competitividade como também é importante para combater a pobreza, a exclusão social e a desigualdade.

O apoio à criação de uma economia competitiva, baseada no conhecimento e capaz de um crescimento sustentável constitui uma das principais prioridades do Banco. Desde 2000, o BEI tem vindo a financiar investimentos em investigação, desenvolvimento e inovação (IDI), educação e tecnologias da informação e da comunicação – os pilares da economia do conhecimento.

Em 2010, a estratégia de financiamento do BEI concentrou-se no «triângulo do conhecimento», conceito que associa a educação, a investigação e desenvolvimento (I&D) e a inovação – vertentes essenciais à competitividade e ao crescimento económico a longo prazo da Europa. O reforço do triângulo do conhecimento não só tem um

### Tudo começa pela educação

A melhoria dos níveis de educação, que constitui um dos objectivos prioritários da estratégia Europa 2020, cria as bases para o crescimento económico e o emprego no futuro. Os empréstimos do BEI abrangem o ciclo de vida completo, desde o ensino pré-escolar, básico, secundário e superior à formação profissional e educação de adultos. Em 2010, o Banco concedeu um total de 4 400 milhões de EUR a projectos na área da educação.

Na cidade francesa de Lille, um empréstimo do BEI de 200 milhões de EUR permitiu a construção ou renovação de 30 *collèges* (escolas do segundo ciclo do ensino básico) na região, dotados de acessos

para jovens com mobilidade reduzida e de equipamento informático moderno e adequado. Estas escolas, que aplicam as melhores práticas de eficiência energética e cumprem as normas ambientais, beneficiarão, em última análise, 16 000 alunos.

### Investigação e desenvolvimento

Os empréstimos do BEI para investigação e desenvolvimento totalizaram 7 300 milhões de EUR em 2010 e apoiaram uma vasta gama de sectores.

O apoio à I&D inovadora no sector automóvel fez parte da resposta do BEI à crise económica. O Mecanismo Europeu para os Transportes Limpos (METL) foi instituído em Novembro de 2008 com o principal objectivo de apoiar, no curto prazo, investimentos com vista à redução das emissões e à melhoria da eficiência energética na indústria automóvel europeia. Num período de quebra sem precedentes na procura, o METL foi concebido para estabilizar o nível dos programas de investimento em I&D dos promotores do sector privado. Como planeado, o METL concedeu um volume suplementar de 9 000 milhões de EUR em empréstimos ao sector em 2009 e 2010, envolvendo um total de 36 projectos. No final de 2010, o METL foi extinto e, consequentemente, espera-se que o financiamento para I&D no sector automóvel regresse aos níveis anteriores à crise. Entretanto, o objectivo principal consiste em encontrar soluções de vanguarda que ajudem a melhorar o ambiente, bem como a competitividade da Europa, nomeadamente o desenvolvimento de veículos eléctricos.

Para conseguir o máximo impacto, o BEI lançou também novos instrumentos financeiros para soluções e tecnologias inovadoras, que poderiam não ser facilmente financiadas através das fontes de financiamento convencionais. Um destes instrumentos é o Mecanismo de Financiamento com Partilha de Riscos (MFPR), uma iniciativa conjunta da Comissão Europeia e do BEI, que prevê a concessão de empréstimos a projectos que envolvam maior risco e proporcionem

maior retorno. As assinaturas de empréstimos ao abrigo do MFPR em 2010 cifraram-se em 1 800 milhões de EUR, menos 1 000 milhões de EUR do que no ano anterior - um sinal de que as restrições de crédito às empresas que recorreram ao BEI no auge da crise estão a ser aliviadas. Desde a criação do MFPR em 2007, foram concedidos mais de 6 000 milhões de EUR em empréstimos ao abrigo deste mecanismo. Entre os mutuários que beneficiaram de apoio do MFPR em 2010 conta-se a AGFA - para a realização de investimentos em I&D na área da saúde na Bélgica, Alemanha, Áustria e França. O empréstimo de 130 milhões de EUR destinou-se à melhoria das tecnologias da informação e da imagiologia médica, que ajudarão os hospitais a reduzir custos e a prestar cuidados de saúde de qualidade a longo prazo.

*O reforço da economia do conhecimento é um pressuposto importante do crescimento económico*



Sincrotrone, Trieste, Itália





## Economia do conhecimento

### Financiamento

	(milhões de EUR)	
	2010	2000-2010
Infra-estruturas de TIC	4 761	25 208
Educação e formação	4 356	22 276
Investigação e desenvolvimento	7 349	53 258
Outros	79	2 515
<b>Total</b>	<b>16 544</b>	<b>103 258</b>

### Redes digitais

A infra-estrutura de tecnologias da informação e da comunicação reforça e acelera a disseminação da informação, do conhecimento e da inovação, por exemplo através das redes de acesso de nova geração, nomeadamente a «fibra até casa» e a banda larga móvel. O projecto «Reggefiber-to-the-home», nos Países Baixos, que recebeu um empréstimo de 142,5 milhões de EUR do BEI em 2010, envolve a implantação de uma infra-estrutura de acesso à banda larga ultra-

-rápida. O conceito baseia-se no acesso aberto, a fim de permitir a concorrência entre os vários prestadores de serviços de telecomunicações. A rede de fibra óptica dedicada servirá cerca de 650 000 residências. O BEI concedeu 4 800 milhões de EUR para projectos de TIC em 2010.

### O FEI e a inovação

O programa de transferência de tecnologia do FEI centra-se nas necessidades das organizações de investigação europeias. Designa-se por transferência de tecnologia o processo pelo qual os resultados da investigação e desenvolvimento são convertidos em produtos ou serviços comercializáveis. Esta comercialização pode ocorrer de várias formas, nomeadamente através da colaboração entre as organizações de investigação e a indústria, do licenciamento ou da cessão de direitos de propriedade e da criação de novas empresas (*start-ups*) ou de empresas resultantes da investigação universitária (*university spin-outs*).



#### Sincrotrone Trieste

As redes IRUVX-FEL (infrared, ultraviolet, X-ray free electron lasers - lasers de electrões livres de raios infra-vermelhos, ultravioletas e raios-X) têm prioridade para a infra-estrutura de investigação europeia. Em 2010, o BEI concedeu 20 milhões de EUR para os investimentos da Sincrotrone Trieste no seu acelerador linear com vista a melhorar os programas de óptica e obtenção de imagens para materiais magnéticos e células vivas. O empréstimo destinou-se também à construção de uma central de trigação para aproveitar o «desperdício de energia» das operações do laboratório e reduzir as necessidades energéticas.

# Garantir um aprovisionamento energético seguro e competitivo

Com 14 800 milhões de EUR em empréstimos concedidos em 2010, o apoio a projectos no sector da energia representa agora mais de 20 % do total dos empréstimos do BEI.

Faz parte da missão do BEI ajudar a UE a alcançar os objectivos da sua política energética, a saber a sustentabilidade, competitividade e segurança do aprovisionamento. Consciente das crescentes necessidades de investimento, o BEI tem aumentado substancialmente os seus financiamentos a favor de projectos no sector da energia.

*O BEI é um parceiro natural para o financiamento das infra-estruturas energéticas*

## Construir infra-estruturas energéticas para o futuro

Atendendo ao envelhecimento das redes energéticas e ao rápido aumento das necessidades de renovação, o investimento neste tipo de infra-estruturas constitui uma prioridade fundamental para a Europa. O BEI é um parceiro financeiro natural e - como maior financiador das redes de energia na Europa - tem desempenhado tradicionalmente um papel importante no financiamento de infra-estruturas energéticas. Em 2010, os empréstimos do BEI para apoiar as redes de energia ascenderam a 3 800 milhões de EUR. O BEI apoia em particular os grandes projectos de interligação europeus, tais como a modernização e expansão da rede de transporte de electricidade de Espanha para melhorar a conectividade e permitir ganhos de eficiência no fornecimento de energia proveniente de fontes tradicionais e renováveis, que o Banco financiou com um total de 600 milhões de EUR. Outros projectos emblemáticos de 2010 incluem a ligação energética de Malta, anteriormente isolada, à rede europeia (100 milhões de EUR) e outras interligações internacionais, tais como a modernização da rede húngara de transporte de electricidade, aumentando a sua capacidade interna e transfronteiriça (150 milhões de EUR).



Central eléctrica de Lahti, Finlândia



Medgaz, Argélia

### Diversificar as fontes de energia, garantir o aprovisionamento energético da Europa

Os investimentos na diversificação e na segurança do aprovisionamento energético ascenderam a 3 700 milhões de EUR em 2010. Os projectos financiados incluíram centrais de produção combinada de calor e electricidade na Finlândia, em Itália e em Espanha, e centrais eléctricas a gás natural, bem como a exploração de jazigos de gás nas águas dinamarquesas e norueguesas do mar do Norte.

Em 2010, o BEI, o BERD e a Sociedade Financeira Internacional (membro do Grupo Banco Mundial) assinaram uma carta de mandato para iniciar a apreciação do projecto do gasoduto Nabucco, que visa o transporte de gás, tanto da região do Cáspio como do Médio Oriente para os mercados consumidores europeus. O gasoduto tem por objectivo satisfazer a procura futura de gás na UE e diversificar o conjunto de países fornecedores da Europa. Graças à intervenção precoce das três instituições financeiras internacionais, o projecto Nabucco cumprirá os mais elevados padrões de avaliação de riscos ambientais e sociais e de contratação. A apreciação do projecto incluirá uma avaliação minuciosa dos aspectos comerciais, sociais e ambientais. O pacote de financiamento potencial para o investimento é de cerca de 4 000 milhões de EUR, dos quais 2 000 milhões de EUR a cargo do BEI.

*A forma mais eficaz de alcançar os objectivos da UE em termos de sustentabilidade, competitividade e segurança do aprovisionamento energético consiste em promover o investimento na eficiência energética e nas energias renováveis. Com um investimento total de 7 300 milhões de EUR, estas duas áreas foram responsáveis por quase metade de todo o investimento em energia financiado em 2010. Para mais informações sobre o financiamento da eficiência energética e das energias renováveis pelo BEI, consultar o capítulo sobre acções a favor do clima.*

### O investimento energético no exterior da UE

Em 2010, o BEI decidiu aumentar em 50 %, para 4 500 milhões de EUR, o instrumento plurianual para uma energia sustentável e um aprovisionamento energético seguro, com vista a financiar projectos em países vizinhos, nos países ACP, na África do Sul, na Ásia e na América Latina. Até o final do ano, mais de 100 % da dotação inicial de 3 000 milhões de EUR haviam já sido assinados, aprovados ou reservados para apreciação. A maior parte do financiamento ao abrigo do instrumento plurianual destinou-se ao investimento em energias renováveis e eficiência energética.

Além disso, sem ser no quadro do instrumento plurianual, mas sob o mandato da FEMIP para os países do Mediterrâneo, o BEI concedeu um empréstimo de 500 milhões de EUR à MEDGAZ, contribuindo de forma substancial para a segurança do aprovisionamento energético da UE. O empréstimo do Banco está a ser utilizado para a construção de um gasoduto entre a Argélia e a Espanha, incluindo um terminal de recepção de gás do lado espanhol e uma estação de compressão em Beni Saf, na Argélia.



# Apoiar as acções a favor do clima



Instalação de uma turbina  
eólica *offshore*, Bélgica





Em 2010, os empréstimos para acções a favor do clima atingiram 20 500 milhões de EUR, ou seja, quase 30 % do total do financiamento concedido pelo BEI. As acções, não só de atenuação mas também de adaptação às alterações climáticas, constituem uma prioridade central do BEI.

As operações de financiamento do Banco nesta área apoiam plenamente o objectivo de «crescimento verde», que está no cerne da estratégia Europa 2020. A actuação do Banco a favor do clima centra-se quer em investimentos hipocarbónicos susceptíveis de atenuar as emissões de gases com efeito de estufa, quer em projectos que favoreçam a adaptação aos impactos das alterações climáticas. O apoio à atenuação e à adaptação inscreve-se no quadro das políticas de financiamento sectorial do BEI, em especial nos domínios da energia, dos transportes, da água, do saneamento, dos resíduos sólidos, da silvicultura e da investigação, desenvolvimento e inovação.

### Integração

As acções a favor do clima estão a ser gradualmente integradas nas operações de financiamento do Banco. Na sua essência, a integração consiste na harmonização de todos os financiamentos concedidos com a estratégia de actuação do Banco a favor do clima. Na prática, as considerações climáticas estão a ser progressivamente integradas em todas as operações do BEI e fazem parte integrante dos processos internos.

Os projectos susceptíveis de ter impacto nas alterações climáticas são avaliados pelo BEI para garantir que incorporam e cumprem os requisitos europeus e internacionais em matéria de política climática, empregam a melhor tecnologia disponível e, consequentemente, contribuem para um crescimento hipocarbónico e respeitador do clima durante as fases de execução e exploração. O Banco desenvolveu a sua própria metodologia de medição das emissões de gases com efeito de



Central geotérmica de Hellisheidi, Islândia

*A integração passa pela harmonização de todos os financiamentos concedidos pelo BEI com a estratégia de actuação a favor do clima*

estufa produzidos pelos projectos que financia e avalia o potencial de certos projectos para gerarem créditos de carbono.

Os projectos em sectores vulneráveis são examinados de forma a garantir que os factores de risco climático são levados em conta no ciclo do projecto. O Banco integrou também critérios de adaptação climática em algumas das suas políticas sectoriais e financia projectos de adaptação, nomeadamente no sector da água. Esta abordagem está a ser alargada à totalidade da carteira do BEI. O Banco pode também ajudar os promotores de projectos públicos e privados



a elaborar e a financiar projectos de atenuação e adaptação através de programas de assistência técnica. Deste modo, incentiva a adopção de boas práticas, fornece orientações políticas e garante um reforço benéfico das capacidades.

### Constituição de parcerias

O BEI não actua isoladamente nesta área. O problema é mundial e a resposta deve passar por uma colaboração à escala global. O Banco mantém uma estreita colaboração com outras instituições da UE, governos de Estados-Membros da União e países parceiros, bem como com outras instituições financeiras internacionais ou bilaterais. Actua como catalisador e parceiro experiente no apoio aos investimentos na protecção do clima dentro e fora da Europa. Co-financia projectos com baixas emissões de carbono e de combate às alterações climáticas com empresas do sector privado e do sector público, ajudando a captar fundos.

Com a iniciativa ELENA (*European Local Energy Assistance* - Assistência Europeia à Produção Local de

Energia), o Banco e a Comissão Europeia estão a ajudar a preparar grandes projectos de investimento em energias sustentáveis nas cidades e nas regiões. O «Dasos Timberland Fund», o «Fundo Marguerite» e o «DIF Renewable Energy Fund» são exemplos de uma série de fundos constituídos em parceria com outras instituições e com o sector privado para disponibilizar capitais de investimento para energias renováveis, eficiência energética e silvicultura. O Fundo Mundial para a Eficiência Energética e as Energias Renováveis (GEEREF) está vocacionado para investimentos na área das energias renováveis e da eficiência energética através de fundos de infra-estruturas de energia sustentável nos países em desenvolvimento e nas economias em transição. Beneficia do aconselhamento do Grupo BEI e é apoiado pela UE, pela Alemanha e pela Noruega, bem como por investidores dos mercados emergentes. Além disso, todos os fundos de carbono do BEI foram constituídos em cooperação com outras instituições financeiras nacionais ou internacionais. Estes são apenas alguns exemplos de iniciativas do BEI a favor do clima desenvolvidas em colaboração com os seus parceiros europeus e internacionais.



# Investir nas energias renováveis e na eficiência energética

O investimento em energias renováveis e eficiência energética é um elemento fundamental da actividade de financiamento do BEI no sector da energia e contribui para tornar o aprovisionamento energético da Europa mais sustentável, competitivo e seguro.

Os investimentos em energias renováveis e eficiência energética são a melhor forma de ajudar a União Europeia a alcançar até 2020 os seus objectivos climáticos e energéticos, nomeadamente reduzir as emissões de gases com efeito de estufa em 20 % relativamente aos níveis de 1990, aumentar para 20 % a quota das energias renováveis no consumo final de energia e aumentar em 20 % a eficiência energética.

## Energias renováveis

Os empréstimos do BEI a favor das energias renováveis cresceram de forma expressiva nos últimos anos para atingir 6 200 milhões de EUR em 2010. A parcela de empréstimos para energias renováveis na carteira global de energia do BEI cresceu de menos de 10 % em 2006 para quase 30 % em 2009 e 34 % em 2010. A maior parte deste financiamento destina-se a projectos de produção de energia eólica e solar.

Entre os projectos apoiados pelo BEI em 2010 conta-se o programa de investimentos da Enel Green Power (EGP) em Itália, que visa a instalação de 840 MW de novas capacidades de produção de energia a partir de fontes renováveis através da construção de parques eólicos de pequena e média dimensão e centrais fotovoltaicas em 50 locais distribuídos por todo o território do país, mas concentrando-se principalmente no sul. O custo total do programa trienal de investimentos da EGP será de cerca de 1 260 milhões de EUR, dos quais quase metade está a ser financiada pelo BEI.

*Os empréstimos do BEI a favor das energias renováveis cresceram de forma expressiva*



Parque eólico de Mougueiras, Portugal



O investimento em parques eólicos *offshore* na UE está a avançar rapidamente. Em 2010, o BEI concedeu 450 milhões de EUR para a construção da segunda e terceira fases do parque eólico *offshore* de Thorntonbank, localizado a cerca de 30 km da costa belga, no mar do Norte. A construção terá lugar entre 2011 e 2013 e será a primeira vez que serão utilizadas turbinas eólicas *offshore* de 6 MW. As 48 turbinas terão uma capacidade combinada de 295 MW, elevando a capacidade total de exploração do parque eólico para 325 MW - o suficiente para fornecer energia a 600 000 habitantes e evitar 450 000 toneladas de emissões de carbono por ano. O empréstimo do BEI fez parte de um pacote de financiamento sem recurso no valor de 1 300 milhões de EUR, no qual também participaram duas agências de crédito à exportação e sete bancos comerciais. A revista *Project Finance International* distinguiu este pacote de financiamento com o prémio de «Negócio do Ano no sector das Energias Renováveis».

### Eficiência energética

O financiamento do BEI para eficiência energética duplicou para 1 500 milhões de EUR entre 2008 e 2009 e continuou a crescer para 2 300 milhões de

EUR em 2010. De um modo geral, as considerações de eficiência energética estão a ser integradas em todos os projectos avaliados pelo Banco.

O BEI apoiou o município de Bucareste com um empréstimo de 70 milhões de EUR em 2010 para financiar obras de renovação visando aumentar a eficiência energética de edifícios residenciais de vários pisos na capital da Roménia. O financiamento ajudará a reduzir em cerca de 50 % o consumo energético dos edifícios abrangidos pelo projecto de reabilitação térmica. Uma vez concluída a execução do programa, a energia total economizada será de cerca de 160 GWh por ano.

A iniciativa ELENA articula os esforços do BEI e da Comissão Europeia no sentido de ajudar as autoridades locais a elaborar projectos no domínio da eficiência energética ou das energias renováveis. Este programa está em condições de mobilizar mais de 2 000 milhões de EUR em investimentos nos próximos anos. A província de Barcelona deu o exemplo ao realizar os trabalhos preparatórios de um programa de 500 milhões de EUR para instalar painéis solares em edifícios públicos e melhorar a eficiência energética na ordem dos 280 GWh por ano e reduzir as emissões de CO<sub>2</sub> no equivalente a 170 000 a 200 000 toneladas.



#### Central fotovoltaica da Sunray, Montalto di Castro

Em Montalto di Castro, Itália, um empréstimo de 98 milhões de EUR apoiou a construção e exploração de duas centrais fotovoltaicas equipadas com seguidores solares que permitem fornecer até 25 % mais energia do que os sistemas fixos. Os investimentos em energias renováveis estão a ser financiados por obrigações emitidas pelo promotor, através de um veículo de titularização. O BEI participou activamente na estruturação da operação e, através da compra de meta-de dos títulos, é considerado um financiador crucial. A operação está já a ter um poderoso efeito de demonstração nos investidores institucionais. A revista *Project Finance International* distinguiu a operação com o prémio de «Negócio Obrigacionista do Ano».

Central fotovoltaica da Sunray, Montalto di Castro, Itália





## Financiar o mercado e o armazenamento de carbono

As iniciativas de financiamento do mercado de carbono fazem parte integrante da estratégia do BEI para enfrentar os desafios colocados pelas alterações climáticas.

Em 1997, os países industrializados assinaram o Protocolo de Quioto, comprometendo-se a reduzir as suas emissões de gases com efeito de estufa (GEE). Foi-lhes, no entanto, permitido atingir os seus objectivos através do financiamento de reduções de emissões de GEE noutras regiões do globo. Este mecanismo conduziu à criação de mercados de créditos de carbono, nos quais os direitos de emissões de GEE podem ser negociados, bem como à instituição pela União Europeia, em 2005, de um regime europeu de comércio de licenças de emissão. Em 2008, a UE comprometeu-se a reduzir até 2020 as emissões de GEE em 20 % relativamente aos níveis de 1990.

### O papel do BEI no financiamento do mercado de carbono

Em colaboração com outras instituições financeiras públicas e privadas, o Banco criou uma série de instrumentos de mercado destinados a encorajar o comércio de emissões, quer a nível nacional, quer no plano internacional. Ao participar no financiamento de fundos de carbono, o BEI fomenta a utilização de recursos privados e públicos para apoiar projectos com baixas emissões de carbono.

Os fundos de carbono co-financiados pelo BEI concentram-se essencialmente nos segmentos menos desenvolvidos do mercado de carbono. Estes fundos adquirem os créditos de carbono gerados por investimentos ecológicos e revendem-nos a países e empresas que deles têm necessidade para alcançar os seus objectivos de emissões. Ajudam-nos assim a cumprir as obrigações face à União Europeia e à comunidade internacional em matéria de emissões de carbono, em particular no quadro do regime comunitário de comércio de licenças de emissão e de acordos internacionais. Além disso, estes fundos ajudam as economias em transição e os países em



Central de torre solar da Solúcar, Espanha

desenvolvimento a captar recursos para realizar investimentos com baixas emissões de carbono.

Os fundos de carbono patrocinados pelo BEI estão ajustados em termos de objectivos, estruturas, cobertura regional e participantes, destinando-se todos eles a aumentar a capacidade do mercado e a complementar, ao invés de dispensar, a participação do sector privado no mercado de carbono. As iniciativas do BEI em matéria de fundos de carbono antecipam também a evolução do mercado e reforçam a confiança nos quadros regulamentares, em especial na perspectiva do período pós-2012, data em que expira o Protocolo de Quioto. Trata-se de uma contribuição do Banco para apoiar projectos e mercados que, de outra forma, não teriam condições para existir.

### Fundos de carbono co-financiados pelo BEI

O Fundo Multilateral de Crédito de Carbono (FMCC) foi constituído pelo BEI e pelo BERD para desenvolver o mercado de carbono em países da Europa Central e Oriental e da Ásia. Tem por objectivo ajudar estes países a alcançar os seus objectivos de redução de emissões, quer decorram de obrigações legais, quer de compromissos voluntários. Os 208,5 milhões de EUR captados pelo FMCC servem principalmente para comprar créditos de carbono no quadro de projectos, mas também para financiar fundos de investimento «verdes».

O programa conjunto de aquisição de créditos de carbono do BEI e do KfW inclui uma primeira *tranche* destinada a apoiar as pequenas e médias empresas europeias que têm de cumprir as suas obrigações no quadro do regime comunitário de comércio de licenças de emissão. A segunda *tranche* do programa apoia projectos realizados nos países mais pobres e menos desenvolvidos. O Programa «Carbono II» do BEI e do KfW visa a aquisição de créditos de carbono durante e após a vigência do Protocolo de Quioto. O orçamento global para as duas *tranches* ascende a cerca de 190 milhões de EUR.

### Créditos de carbono da Estónia e da Lituânia

*Em 2010, o Fundo Multilateral de Crédito de Carbono constituído pelo BERD e pelo BEI decidiu adquirir créditos de carbono a um grupo de parques eólicos gerido pela OÜ Nelja Energia, empresa da fileira das energias renováveis detida em 100 % pela sociedade estónia Fre-energy AS, uma das principais investidoras no sector das energias renováveis da Europa Oriental. Nos termos do contrato de compra, o FMCC adquirirá créditos de carbono a seis parques eólicos, com uma capacidade combinada de 76 MW, situados na Estónia e na Lituânia.*

O Fundo de Créditos de Carbono Pós-2012 é uma iniciativa lançada pelo BEI e por quatro outras instituições de financiamento público a fim de reforçar a confiança na adopção de um regime regulamentar para o período pós-Quito. Este fundo, o primeiro do seu género, dispõe de um orçamento de 125 milhões de EUR. Já contribuiu para o desenvolvimento de diversos projectos na Ásia, em África e na América Latina mediante a aquisição de créditos de carbono resultantes da utilização da energia eólica, de uma melhor gestão dos resíduos e da exploração de tecnologias que promovem a eficiência energética.

Em colaboração com o Banco Mundial, o BEI criou o Fundo de Carbono para a Europa (FCE), destinado aos Estados-Membros da União e ao sector privado euro-





peu. Dotado de um capital de 50 milhões de EUR, este fundo adquire créditos de carbono de projectos elegíveis para financiamento ao abrigo dos mecanismos flexíveis do Protocolo de Quioto que são compatíveis com o regime comunitário de comércio de licenças de emissão. Além disso, o FCE pode investir até 20 % do seu capital em fundos de investimento «verdes».

O primeiro fundo de carbono da África francófona e o primeiro fundo nacional co-instituído pelo BEI – o *Fonds Capital Carbone Maroc* – apoia projectos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) adquirindo créditos de carbono durante o período 2008-2017. Este fundo foi dotado de um capital de 300 milhões de MAD (mais de 26 milhões de EUR).

### Captura e armazenamento de carbono

O BEI colabora estreitamente com a Comissão Europeia no apoio a mecanismos de incentivo à demonstração de projectos de captura e armazenamento de carbono (CAC) na Europa e no resto do mundo.

Em 2010, o Banco e a Comissão Europeia começaram a colaborar na execução do maior programa mundial

de investimento em projectos de demonstração de tecnologias hipocarbónicas e energias renováveis. Esta iniciativa, designada por NER 300, prestará apoio financeiro considerável a, pelo menos, oito projectos ligados às tecnologias de captura e armazenamento de carbono e a, pelo menos, 34 projectos ligados a tecnologias inovadoras de aproveitamento de energias renováveis. O objectivo consiste em promover o desenvolvimento de uma economia hipocarbónica na Europa, criando novos empregos «verdes» e contribuindo para a realização dos ambiciosos objectivos da UE no domínio das alterações climáticas.

O primeiro convite à apresentação de propostas, lançado em Novembro, assinalou o início da execução da iniciativa NER 300, assim designada porque será financiada pela venda de 300 milhões de licenças de emissão mantidas na reserva para novos operadores (*New Entrants Reserve* - NER) do Regime de Comércio de Licenças de Emissão da UE. A preços actuais de mercado das licenças de emissão, o valor da iniciativa é estimado em cerca de 4 500 milhões de EUR, sendo assim o maior programa deste tipo em todo o mundo. No total, este programa permitirá mobilizar investimentos superiores a 9 000 milhões de EUR.

*Os fundos de carbono do BEI promovem a confiança nos quadros regulamentares*



Central fotovoltaica da Helios Bay, Nova Caledónia, França



## Promover a sustentabilidade das cidades



As iniciativas tendentes a tornar as cidades mais «verdes» e sustentáveis estão no cerne das acções a favor do clima.

Ponte do Øresund, Dinamarca – Suécia

Em 2010, o BEI concedeu 14 700 milhões de EUR para investimentos na renovação das cidades, nos transportes urbanos e nos hospitais, com o objectivo de aumentar a sustentabilidade das cidades europeias.

### JESSICA para as cidades

O desenvolvimento urbano sustentável é o objectivo essencial da iniciativa JESSICA (*Joint European Support for Sustainable Investment in City Areas* - Apoio Europeu Conjunto para o Investimento Sustentável em Áreas Urbanas) desenvolvida pela Comissão Europeia e pelo Banco Europeu de Investimento, em cooperação com o Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa. Graças a esta iniciativa, os Estados-Membros podem agora utilizar uma parte das ajudas não reembolsáveis dos Fundos Estruturais para realizar investimentos reembolsáveis em projectos inscritos num plano integrado de desenvolvimento urbano sustentável. Estes investimentos,

que podem revestir a forma de entradas de capital, de empréstimos ou de garantias, são colocados à disposição dos projectos através de fundos de desenvolvimento urbano e de fundos de participação.

No final de 2010, tinham já sido assinados 15 fundos de participação, num valor total superior a 1 500 milhões de EUR. Conta-se entre estes o fundo de participação constituído na Grécia: foi assinado um acordo de investimento de 258 milhões de EUR com o Ministério da Economia, que identificará projectos urbanos elegíveis, em concertação com o BEI e as autarquias locais gregas. Na Escócia, um fundo JESSICA investirá 50 milhões de GBP na revitalização de plataformas de negócio e de transportes, bem como na construção de habitações ecológicas. Os trabalhos de regeneração incluem a reabilitação de terrenos devolutos para criar novos espaços comerciais, a criação de zonas de acesso à Internet sem fios, a introdução de energias «verdes» nas habitações sociais e sistemas de transportes mais eficientes. Em 2010, a Lituânia tornou-se o primeiro país em que os recursos do fundo de participação JESSICA foram





desembolsados a favor de intermediários e afectados a projectos específicos de renovação urbana.

### Transportes limpos

Os transportes públicos respeitadores do ambiente são essenciais para o desenvolvimento sustentável das cidades. Na medida em que promovem a transferência modal do transporte privado para o público e reduzem os congestionamentos, os investimentos nos transportes públicos contribuem não apenas para melhorar a qualidade do ar e diminuir a poluição sonora, mas também para fazer face às alterações climáticas, porque aumentam a eficiência energética e reduzem as emissões de gases com efeito de estufa. Em 2010, os empréstimos do BEI a favor de projectos realizados na União Europeia no domínio dos transportes públicos ascenderam a 8 500 milhões de EUR.

*Os transportes públicos respeitadores do ambiente são essenciais para o desenvolvimento sustentável das cidades*

Em Estocolmo, por exemplo, a capacidade das redes ferroviárias suburbanas duplicará a partir de 2017 graças à construção de uma nova linha subterrânea parcialmente financiada pelo BEI. O Banco aprovou uma dotação de 600 milhões de EUR para o projecto Citybanan, um túnel ferroviário sob o centro da cidade de Estocolmo. O projecto consiste na construção de um novo túnel de 6 km sob o centro histórico da capital sueca, de duas novas estações subterrâneas e de uma ponte ferroviária. O projecto libertará capacidade na linha existente que atravessa a cidade, permitindo assim a expansão do tráfego ferroviário regional e nacional. O transporte público tornar-se-á mais atractivo, o que incentivará os passageiros a abandonar o transporte rodoviário e proporcionará benefícios ambientais consideráveis. O Citybanan é também um projecto prioritário da Rede Transeuropeia de Transportes (RTE-T) e faz parte do programa do Triângulo Nórdico que prevê a modernização de infra-estruturas rodoviárias, ferroviárias e marítimas na Finlândia e na Suécia.

Os investimentos financiados pelo BEI em transportes urbanos e ferroviários não se limitam aos Estados-Membros da União Europeia. No Vietname, por exemplo, o Banco concedeu dois empréstimos no total de 223 milhões de EUR para apoiar projectos de linhas de metropolitano em Hanói e na cidade de Ho Chi Minh. As redes de transportes públicos das duas cidades contribuem para reduzir a poluição e o consumo de combustíveis ao proporem um serviço ferroviário fiável, rápido e respeitador do ambiente em eixos que antes eram servidos exclusivamente por modos de transporte rodoviários. A mobilidade será melhorada para muitos utentes, ao mesmo tempo que os congestionamentos serão reduzidos. Até à data, o BEI financiou cerca de 80 projectos de metropolitano na União Europeia e 10 fora da UE.

### Valorizar os resíduos

Cada cidadão da União Europeia produz em média 525 kg de resíduos sólidos urbanos por ano. Por um lado, a gestão inadequada destes resíduos tem efeitos directos nefastos na qualidade de vida, na saúde pública, no ambiente e nas alterações climáticas. Por outro, os resíduos representam uma perda de recursos potencialmente valiosos, nomeadamente de matérias-primas e de energia, cuja reutilização, reciclagem e recuperação podem ter benefícios líquidos importantes. Por conseguinte, a gestão dos resíduos sólidos constitui não só um desafio ambiental e sanitário, mas também uma oportunidade económica «verde». Os empréstimos concedidos pelo Banco contribuem para reduzir a quantidade de resíduos produzidos e promovem a sua reutilização. Apoiam igualmente os investimentos em instalações de tratamento de re-



Veículos eléctricos da Renault, França



#### **Fundo GINKGO, Luxemburgo**

*As autarquias locais procuram fontes de financiamento alternativas para cobrir os elevados custos de limpeza dos locais poluídos. Em 2010, o BEI investiu 15 600 milhões de EUR no GINKGO, um fundo de private equity estabelecido no Luxemburgo que adquire instalações industriais devolutas em França e na Bélgica, procede à sua limpeza e as vende ou converte em habitações, escritórios e edifícios comerciais eficientes em termos energéticos.*

síduos não recicláveis (por exemplo, centrais de incineração com valorização energética e estações de tratamento mecânico e biológico), bem como as instalações de tratamento de resíduos provenientes da recolha selectiva. No total, o BEI concedeu 89 milhões de EUR para este tipo de projectos em 2010.

Em Lahti, na Finlândia, o BEI concedeu 75 milhões de EUR à Lahti Energy, a empresa de energia da cidade, para a construção de uma das centrais mais avançadas do mundo na conversão de resíduos em calor e electricidade. A Lahti Energy é um centro de excelência internacional em matéria de co-geração, tecnologia que explora o calor de forma produtiva, bombeando-o para as redes de aquecimento urbano. Ao transformar os resíduos das empresas e das habitações de Lahti e Helsínquia em combustível, esta nova central processará 250 000 toneladas de resíduos por ano e produzirá 90 MW de calor e 50 MW de electricidade. Este volume de produção consideravelmente superior ao das centrais existentes deve-se a um novo processo de gaseificação e incineração a alta temperatura e a vapor de alta pressão.

#### **Melhorar a saúde urbana**

Em 2010, o BEI concedeu um total de 2 700 milhões de EUR para 14 hospitais urbanos na UE. Os financiamentos do Banco a favor dos hospitais melhoram o ambiente social e urbano e contribuem para o desenvolvimento de comunidades sustentáveis. Os empréstimos do Banco permitem aos mutuários prestar cuidados de saúde modernos no quadro de projectos que contribuem para a economia local e para a renovação urbana. Estes hospitais dispõem muitas vezes de centros de investigação ligados a universidades.

O BEI concedeu um empréstimo de 325 milhões de EUR à Universidade de Lovaina e ao respectivo hospital para a construção e finalização do Campus de Ciências Médicas de Gasthuisberg, um centro médico e universitário de primeira categoria que reúne a prestação de cuidados de saúde, o ensino e a investigação num único local da cidade de Lovaina.



## Promover a adaptação às alterações climáticas

Enquanto principal financiador do sector da água à escala mundial, o BEI considera a gestão integrada dos recursos hídricos e a adaptação às alterações climáticas como objectivos estratégicos para as suas futuras operações de financiamento.

A ocorrência cada vez mais frequente de condições meteorológicas extremas tem graves impactos na disponibilidade e na qualidade dos recursos de água doce, dando origem a catástrofes naturais ligadas à água, nomeadamente secas e cheias. A adaptação precoce e preventiva às consequências das alterações climáticas revela-se mais eficaz e menos dispendiosa do que a actuação urgente, à última hora. Consequentemente, os projectos que o Banco financia no sector da água destinam-se a preservar os recursos de água doce, a promover a gestão sustentável da água, a protecção das zonas marinhas e costeiras e outras medidas de adaptação.

Em 2010, o BEI tornou-se membro da aliança *Global Water and Adaptation Action*, uma rede de instituições financeiras, serviços públicos, associações, institutos de investigação e ONG.

### No mundo inteiro

Os projectos de adaptação que beneficiam actualmente de financiamento do BEI localizam-se maioritariamente na União Europeia. Em 2010, o Banco concedeu 20 milhões de EUR para a ampliação dos sistemas de saneamento de águas residuais da área metropolitana de Limassol, em Chipre, nomeadamente para a construção dos colectores de águas pluviais.

Na Rússia, o BEI financiou a barreira de protecção contra cheias de São Petersburgo, em colaboração com o Banco Nórdico de Investimento (NIB), o BERD e a Sociedade Financeira Internacional (SFI). Esta barreira de 25 km de comprimento construída na foz do rio Neva protege a cidade de São Petersburgo e os seus 5 milhões de habitantes. A barreira móvel ajuda a enfrentar



Estação de tratamento de águas residuais  
Sudoeste, São Petersburgo, Rússia

*A integração das estratégias no domínio da água e do saneamento reforça a resistência às alterações climáticas*

a ameaça das grandes cheias que atingiram a cidade desde a sua fundação e se tornaram mais frequentes ao longo das últimas décadas. Com um custo total superior a 500 milhões de EUR, trata-se de uma das maiores estruturas de protecção contra inundações do mundo. O BEI presta ainda aconselhamento em aspectos técnicos, operacionais e ambientais do projecto.

Em estreita colaboração com a Comissão Europeia e outras instituições financeiras, o BEI financia igualmente projectos de adaptação situados nas economias emergentes e em desenvolvimento do mundo inteiro. Em 2010, o Banco cooperou com o programa ONU-HABITAT na preparação de um projecto regional destinado aos países da bacia do Lago Vitória - Burundi, Quênia, Ruanda, Tanzânia e Uganda. A integração de estratégias nos domínios da água e do saneamento deve contribuir para aumentar a resistência contra os efeitos das alterações climáticas nesta região sensível e preservar a função importante do lago enquanto *habitat* e fonte de água para o futuro. O Banco participa já no financiamento das obras de abastecimento de água e de saneamento em Kampala, capital do Uganda, estando previstos novos empréstimos para projectos de adaptação em Mwanza na Tanzânia e em Kisumu no Quênia.



# Criar parcerias a nível global



Moma Titanium,  
Moçambique





Parque eólico, Marrocos

- Países candidatos e potenciais candidatos à adesão à União Europeia
- Países do Mediterrâneo
- Países parceiros do Leste
- Países de África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP) e África do Sul
- Ásia e América Latina
- Países da Ásia Central

Com financiamentos no exterior da UE que ascendem a 8 800 milhões de EUR, o BEI presta também um significativo apoio financeiro a projectos em países parceiros da UE.

A maioria das operações de financiamento do Banco no exterior da UE é realizada ao abrigo de uma garantia do orçamento da UE, estabelecida nos chamados «mandatos externos», para actividades do BEI nas diferentes regiões do mundo. O BEI mantém uma estreita colaboração com outras instituições da UE, governos de Estados-Membros da União e países parceiros, bem como com outras instituições financeiras internacionais ou bilaterais e tem desenvolvido relacionamentos de longo prazo com o sector empresarial em todo o mundo.

Em 2010, o BEI conseguiu manter elevados níveis de financiamento em todas as regiões, ao mesmo tempo que foi suprimindo gradualmente as medidas adicionais tomadas no contexto da crise económica e financeira. O Banco continua a ser o maior financiador internacional dos países candidatos e potenciais candidatos à adesão à União Europeia. A actividade de concessão de empréstimos voltou a atingir um nível recorde de 2 600 milhões de EUR nos países do Mediterrâneo e quase triplicou para 631 milhões de EUR nos países parceiros do Leste. Os empréstimos para os países de África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP) receberam um novo impulso ao abrigo de um mandato renovado apoiado pela garantia dos Estados-Membros. As acções a favor do clima foram reforçadas com um aumento de 50 % da dotação do instrumento plurianual para uma energia sustentável e para um aprovisionamento energético seguro, que financia projectos em países vizinhos da UE, nos países ACP, na África do Sul, bem como na Ásia e na América Latina.

### Preparar a actividade futura do BEI no exterior da União

A revisão intercalar das actividades do Banco no exterior da UE, supervisionada por um comité de sábios independente, presidido pelo antigo Director-Geral do FMI Michel Camdessus, apresentou o seu relatório de avaliação no início de 2010. O documento serviu de base a uma proposta subsequente da Comissão Europeia, que prevê a activação de um mandato facultativo de 2 000 milhões de EUR para o combate às alterações climáticas. Além disso, a Comissão propôs que o actual sistema de objectivos regionais para as operações sob garantia da UE fosse substituído por objectivos horizontais e que fosse dada maior ênfase aos aspectos relacionados com o desenvolvimento do financiamento do BEI. A Comissão propôs ainda a activação do mandato externo do BEI para a Líbia, o Iraque e o Camboja. As propostas suscitaram debates no Parlamento Europeu e no Conselho ao longo de 2010. Espera-se a adopção de uma decisão final em 2011.

Independentemente da revisão intercalar dos mandatos externos, o Acordo de Cotonou, que define o quadro das operações do Banco nos países ACP, foi também objecto de análise em 2010. O Banco tem sido um parceiro de desenvolvimento na região ACP há mais de quatro décadas, contribuindo com cerca de 12 500 milhões de EUR em empréstimos para apoiar mais de 1 000 projectos em 70 países. O mandato renovado do BEI permite ampliar

as suas actividades na África Subsariana, para além de reconhecer pela primeira vez que as alterações climáticas constituem uma questão fundamental para a parceria UE-ACP.

Embora o Banco prossiga objectivos específicos em cada região do mundo, muitos países que colaboram com o BEI fora das fronteiras da UE enfrentam desafios semelhantes para responder a necessidades em matéria de infra-estruturas, estabelecer as bases para um crescimento sustentável e lutar contra as alterações climáticas.

### Países candidatos e potenciais candidatos

O BEI concede empréstimos e garantias nos países candidatos à UE (Croácia, Turquia e Antiga República Jugoslava da Macedónia (ARJM), Montenegro e Islândia) e países potenciais candidatos (Albânia, Bósnia e Herzegovina, Sérvia e Kosovo (nos termos da Resolução 1244 (1999) do Conselho de Segurança das Nações Unidas)). As actividades do Banco baseiam-se no mandato de financiamento externo que lhe foi atribuído pela União Europeia, bem como no seu próprio Instrumento de Pré-Adesão.

O total dos empréstimos do BEI nos Balcãs Ocidentais atingiu 1 400 milhões de EUR em 2010. O BEI

*O BEI é o maior financiador internacional nos Balcãs Ocidentais*


### Países candidatos e potenciais candidatos

Financiamento concedido em 2010 (milhões de EUR)	Montante	do qual capital de risco
Turquia	1 935	30
Sérvia	690	
Croácia	511	
Bósnia e Herzegovina	72	
ARJM	52	
Albânia	51	
Montenegro	49	
<b>Total</b>	<b>3 360</b>	<b>30</b>





### Países Mediterrânicos

Financiamento concedido em 2010 (milhões de EUR)	Montante	do qual capital de risco	
Egipto	906		
Argélia	500		
Tunísia	498		
Marrocos	420		
Síria	185	10	
Regional	31	7	
Libano	7		
Gaza-Cisjordânia	5	5	
<b>Total</b>	<b>2 552</b>	<b>22</b>	

é o maior financiador internacional na região. Desde 2001, data em que o Banco retomou a actividade na região, o total de empréstimos ascendeu a 7 300 milhões de EUR. A Sérvia tem sido o maior beneficiário dos financiamentos do BEI nos Balcãs Ocidentais, com 690 milhões de EUR. Uma grande percentagem dos fundos foi utilizada na conclusão de redes transeuropeias. Em 2010, o BEI abriu igualmente o seu primeiro escritório regional em Belgrado, que foi inaugurado em Novembro.

Em 2010, a concessão de novos empréstimos na Turquia totalizou 1 900 milhões de EUR. A actividade foi impulsionada principalmente pela necessidade de combater a crise económica e financeira mundial e apoiar o crescimento inteligente e sustentável. Desde a eclosão da crise, o BEI tem apoiado a economia turca, nomeadamente reforçando o sector turco das PME, que beneficiou em 2010 de 910 milhões de EUR em empréstimos disponibilizados por bancos intermediários.

### Apoiar o desenvolvimento económico no Mediterrâneo

O BEI reforçou resolutamente o seu apoio aos países parceiros do Mediterrâneo através do seu braço financeiro na região, a FEMIP (Facilidade Euro-Mediterrânica de Investimento e de Parceria). Ao aumentar o seu volume de actividade para um nível recorde de 2 600 milhões de EUR em 2010, a

FEMIP confirmou aos seus parceiros a sua capacidade para os ajudar na modernização das respectivas políticas públicas para combater a crise económica mundial e consolidou a sua posição de principal investidor no desenvolvimento do Mediterrâneo. Os sectores prioritários incluem os transportes e a água, a indústria e as operações de *private equity*, bem como o sector do capital humano.

Desde a sua criação em Outubro de 2002, a FEMIP concedeu mais de 12 700 milhões de EUR para apoiar a modernização dos países parceiros do Mediterrâneo, contribuindo assim para manter e criar postos de trabalho na região. O apoio ao sector privado continuou a ser significativo, representando 55 % do total dos projectos assinados. Para além deste crescimento em volume, a activi-



Porto de Tânger, Marrocos



### Rússia e países vizinhos de Leste

Financiamento concedido em 2010 (milhões de EUR)	Montante
Federação da Rússia	250
Moldávia	185
Geórgia	175
Ucrânia	16
Arménia	5
<b>Total</b>	<b>631</b>



Construção do colector principal, São Petersburgo, Rússia

dade da FEMIP gerou um valor acrescentado significativo, nomeadamente através da montagem de complexos dispositivos de financiamento (parcerias público-privadas, *project finance* ou operações com perfil de risco mais elevado do que o geralmente aceite pelo Banco). Em 2010, cerca de 74 % das operações na região (num total de quase 1 900 milhões de EUR) foram co-financiadas por instituições parceiras, criando sinergias importantes. As operações de assistência técnica ascenderam a 14 200 milhões de EUR em 2010.

### Parceiros orientais

Os financiamentos do BEI nos países parceiros do Leste atingiram 631 milhões de EUR em 2010, tendo quase triplicado em relação a 2009. Em estreita colaboração com o BERD, o BEI financia projectos nestes países ao abrigo de um mandato de 3 700 milhões de EUR em empréstimos durante o período 2007-2013. A par do mandato da UE, o BEI criou o seu próprio Instrumento de Parceria Oriental no montante de 1 500 milhões de EUR destinados a empréstimos e garantias por conta e risco do Banco para investimentos da UE nos países em questão. Metade do financiamento em 2010 destinou-se ao sector da energia, enquanto outras áreas visadas incluíram projectos no sector da água e dos transportes, a agro-indústria e as linhas de crédito para as PME. Em Dezembro de 2010, o Banco lançou um novo mecanismo de assistência técnica, o Fundo Fiduciário de Assistência Técnica aos Países da Parceria Oriental (EPTATF), que visa aumentar o impacto das operações e acelerar a boa execução dos projectos na região.



Moma Titanium, Moçambique

## Ásia Central

Entre os países da Ásia Central que podem beneficiar de financiamentos do BEI (Cazaquistão, Quirguizistão, Tajiquistão, Turquemenistão e Usbequistão), o Cazaquistão foi o segundo a assinar um acordo-quadro em 2010, depois de a República do Tajiquistão ter feito o mesmo em 2009. Estão actualmente em fase de apreciação três projectos no valor total de 328 milhões de EUR nos sectores da água, da energia e das acções a favor do clima. O Banco e o Quirguizistão devem assinar um acordo-quadro no início de 2011, enquanto ainda prosseguem as negociações com vista à conclusão de acordos com o Turquemenistão e o Usbequistão.

*O BEI tem sido um parceiro de desenvolvimento na região ACP há mais de quatro décadas*

## Países ACP e África do Sul


Nos países da África, das Caraíbas e do Pacífico, o BEI apoia geralmente iniciativas que incentivam o desenvolvimento do sector privado, tais como o financiamento de investimentos realizados por PME, mas também coloca a ênfase em grandes infra-estruturas produtivas, nomeadamente no domínio das energias renováveis, da eficiência energética e noutros projectos que visam responder à

### Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP), Países e Territórios Ultramarinos (PTU) e África do Sul

Financiamento concedido em 2010 (milhões de EUR)	Montante	do qual capi- tal de risco
<b>África</b>	<b>738</b>	<b>182</b>
Ocidental	279	82
Oriental	260	40
Austral e Oceano Índico	145	5
Multi-regional	45	45
Central e Equatorial	10	10
<b>Caraíbas</b>	<b>48</b>	<b>7</b>
<b>Pacífico</b>	<b>9</b>	<b>9</b>
<b>Regional - ACP</b>	<b>162</b>	<b>162</b>
<b>PTU</b>	<b>15</b>	<b>15</b>
<b>Total ACP-PTU</b>	<b>972</b>	<b>374</b>
<b>África do Sul</b>	<b>50</b>	



## América Latina e Ásia

Financiamento concedido em 2010 (milhões de EUR)	Montante	
<b>América Latina</b>	<b>499</b>	
Brasil	420	
México	79	
<b>Ásia</b>	<b>723</b>	
China	500	
Vietname	223	
<b>Total</b>	<b>1 222</b>	

problemática das alterações climáticas. Em plena crise económica e financeira, o BEI empenha-se em assegurar investimentos viáveis que beneficiam os mais pobres e apoiam o desenvolvimento sustentável.

O financiamento das operações do BEI é assegurado pelos orçamentos dos Estados-Membros da UE através da Facilidade de Investimento, bem como por empréstimos concedidos pelo Banco a cargo de recursos próprios e por sua conta e risco. As assinaturas de empréstimos ao abrigo da Facilidade de Investimento totalizaram 374 milhões de EUR em 2010. O Banco concedeu ainda 598 milhões de EUR para projectos na região ACP a cargo de recursos próprios em 2010. Ao abrigo de um mandato separado, o Banco emprestou 50 milhões de EUR para projectos na República da África do Sul.

### Cooperação económica com a Ásia e a América Latina

Em 2010, o BEI concedeu empréstimos no montante de 1 200 milhões de EUR na América Latina e na Ásia (ALA). O investimento na Ásia aproximou-se dos 723 milhões de EUR, enquanto o financiamento na América Latina ascendeu a 499 milhões de EUR. Ao abrigo do mandato em vigor, o BEI está habilitado a emprestar até 3 800 milhões de EUR na Ásia e na América Latina durante o período 2007-2013. As actividades de concessão de empréstimos do Banco na Ásia e na América Latina inscrevem-se no quadro da estratégia de cooperação económica da UE para estas regiões. Centram-se no apoio à presença da UE através do investimento directo estrangeiro e da transferência de tecnologia e *know-how*, mas abrangem também a protecção ambiental, especialmente projectos de acção a favor do clima e projectos que contribuem para a segurança do aprovisionamento energético.



Metropolitano de Hanói, Vietname





### **Novo empréstimo-quadro à China para acções a favor do clima**

Um novo empréstimo-quadro de 500 milhões de EUR para acções a favor do clima foi concedido à China. Com esta operação, assinada em Dezembro de 2010, após o sucesso da primeira, assinada em 2007, o BEI continua a ajudar o país na sua luta contra as alterações climáticas. O primeiro empréstimo de 500 milhões de EUR contribuiu para a realização de uma série de projectos, incluindo programas de reflorestação, parques eólicos, hidroeléctricas de pequena dimensão, bem como projectos de aumento da eficiência energética e de redução da poluição no sector industrial. Este empréstimo do BEI é um dos mais eficientes em termos de emissões de gases com efeito de estufa. Quando todos os subprojectos estiverem em funcionamento, serão possíveis reduções de emissões de CO<sub>2</sub> na ordem dos 2 milhões de toneladas por ano.



# Acção conjunta com a Comissão Europeia e outras instituições financeiras internacionais



«Open Days»,  
8.ª Semana Europeia  
das Regiões e dos Municípios



Enquanto instituição financeira da União Europeia, o Grupo BEI é, juntamente com o orçamento da UE, uma das duas fontes de financiamento para os investimentos de apoio às políticas da UE.

No que respeita aos investimentos produtivos de longo prazo, ambos os tipos de financiamento - empréstimos e subvenções - têm as suas características e méritos próprios. As iniciativas conjuntas desenvolvidas pelo Grupo BEI e pela Comissão no âmbito do actual quadro financeiro (2007-2013) demonstraram de que forma os dois instrumentos podem ser combinados para conseguir uma maior alavancagem. É o que se verifica, nomeadamente, no quadro da política regional da UE e em áreas como a inovação e os transportes.

### Política regional

A política regional da UE tem por objectivo reduzir as disparidades entre as regiões economicamente mais fortes e mais débeis e utilizar os recursos disponíveis da forma mais eficiente possível. A política regional sublinha a necessidade de coordenar os instrumentos financeiros existentes aos níveis comunitário, nacional e regional, a fim de promover a integração regional. Neste contexto, o Grupo BEI tem um papel importante a desempenhar, como demonstram as recentes iniciativas conjuntas com a Comissão Europeia, os Estados-Membros ou as regiões.

No quadro do actual período de programação 2007-2013 da política de «coesão» da União Europeia, o BEI e o FEI assumem um papel muito mais importante do que no passado ao nível do planeamento e da programação. Compete-lhes, nomeadamente, prestar assistência técnica na elaboração e apreciação de projectos, bem como em matéria de engenharia financeira e controlo. Um conjunto de iniciativas comuns directamente ligadas à política de coesão, a saber JASPERS, JESSICA, JEREMIE e JASMINE, mas também instrumentos de partilha de riscos, tais como o MFPR e o LGTT, que visam objectivos europeus

complementares, favoreceram uma parceria reforçada com a Comissão.

### Os quatro «J»

JASPERS, JESSICA, JEREMIE e JASMINE, os quatro «J», são o resultado desta parceria reforçada. Trata-se de iniciativas conjuntas, que conjugam recursos financeiros e humanos do Grupo BEI e da Comissão Europeia.

A iniciativa JASPERS (Assistência Conjunta de Apoio a Projectos nas Regiões Europeias) é gerida pelo BEI e co-financiada pela Comissão Europeia, pelo BERD e pelo KfW. Tem por vocação principal ajudar os países beneficiários dos Fundos Estruturais a preparar propostas sólidas de projectos de infra-estruturas mediante a prestação de assistência técnica.

A iniciativa JESSICA (Apoio Europeu Conjunto para o Investimento Sustentável em Áreas Urbanas) foi instituída conjuntamente pela Comissão Europeia, pelo BEI e pelo Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa. Utiliza mecanismos de engenharia financeira



Transportes públicos - Hamburgo, Alemanha



para apoiar o investimento no desenvolvimento urbano sustentável e aplica recursos dos Fundos Estruturais para, através de empréstimos reembolsáveis e renováveis, realizar investimentos geradores de receitas.

JEREMIE designa a iniciativa «Recursos Europeus Comuns para as Micro e Médias Empresas». O Fundo Europeu de Investimento e a Comissão trabalham de forma concertada para permitir às autoridades nacionais e regionais utilizar os recursos dos Fundos Estruturais para promover o acesso das PME ao financiamento e a produtos de engenharia financeira nas regiões.

Por fim, a iniciativa JASMINE - Acção Comum de Apoio às Instituições de Microfinanciamento na Europa – visa o desenvolvimento do microcrédito. O FEI recebeu o mandato de gerir uma parte da iniciativa para prestar apoio financeiro a instituições de microfinanciamento a cargo de recursos do BEI, bem como assistência técnica, a cargo de recursos da Comissão Europeia.

#### A partilha de riscos ao serviço da inovação

Para estar em condições de financiar investimentos com um perfil de risco e de retorno mais elevado nos

domínios da investigação, desenvolvimento e inovação, o BEI e a Comissão criaram o Mecanismo de Financiamento com Partilha de Riscos (MFPR). Com uma dotação de capital de 2 000 milhões de EUR provenientes em partes iguais das reservas do Banco e do 7.º Programa-Quadro de Investigação e Desenvolvimento da Comissão, este mecanismo permite ao Banco emprestar cerca de 10 000 milhões de EUR para investimentos de, pelo menos, o dobro deste valor em IDI de vanguarda durante o período de 2006-2013. Uma revisão intercalar realizada por peritos independentes em 2010 chegou a conclusões positivas que recomendam o alargamento e aprofundamento da utilização de instrumentos do tipo do MFPR.

#### A partilha de riscos ao serviço do investimento nos transportes

O LGTT, Instrumento de Garantia de Empréstimos para Projectos da Rede Transeuropeia de Transportes, foi instituído pelo BEI e pela Comissão para

*As iniciativas conjuntas do BEI e da Comissão conseguem uma maior alavancagem*



IDI para o desenvolvimento de *software* e tecnologia de imagem na área da saúde, Bélgica



tomar em conta os riscos de tráfego para os investidores privados em tais projectos. Financiado em partes iguais pelas duas instituições, este instrumento cobre os riscos de insuficiência das receitas dependentes do tráfego durante as fases críticas dos primeiros anos de exploração dos projectos, dado que os fluxos de tráfego demoram algum tempo a atingir um nível de rentabilidade suficiente. Uma primeira garantia ao abrigo do LGTT no valor de 70 milhões de EUR foi concedida em 2010 para um projecto PPP visando a renovação e a modernização da auto-estrada C-25 no norte da Catalunha, projecto para o qual o BEI emprestou 200 milhões de EUR.

### Outras actividades especiais na UE

A iniciativa ELENA (Assistência Europeia à Produção Local de Energia) é um mecanismo conjunto de assistência técnica criado pelo BEI e pela Comissão. Os fundos disponíveis ao abrigo da iniciativa ELENA podem ser utilizados para a estruturação de programas, planos de actividade e auditorias energéticas, para preparar procedimentos de concurso público e contratos e para pagar unidades de realização de projectos. Em suma, tudo o que é necessário para

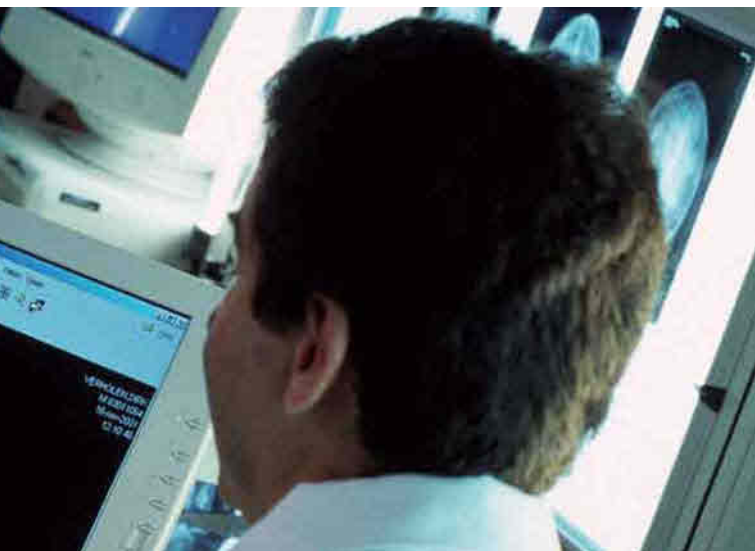
preparar os projectos de sustentabilidade energética das cidades e das regiões para o financiamento por parte do BEI.

Os programas de investimento podem implicar o aumento da eficiência energética dos edifícios ou da iluminação pública, a integração das energias renováveis em edifícios ou a renovação ou instalação de sistemas de aquecimento urbano com recurso à produção combinada de calor e electricidade ou a fontes renováveis. Estes programas visam igualmente projectos ligados aos transportes urbanos, tais como a introdução de autocarros com maior eficiência energética e infra-estruturas destinadas a veículos movidos a combustíveis alternativos.

A iniciativa NER 300 foi lançada em 2010 pela Comissão Europeia. Trata-se do maior programa de ajudas não reembolsáveis do mundo, criado para apoiar projectos de demonstração de tecnologias de captura e armazenamento de carbono (CAC) e de tecnologias inovadoras de aproveitamento de energias renováveis. O Banco Europeu de Investimento apoiará a realização desta iniciativa através da apreciação de projectos e da organização da venda de licenças de emissão que servirão para financiar as subvenções. Foram precisamente estas licenças de emissão a inspirar a designação da iniciativa: NER (*New Entrants Reserve* - Reserva para Novos Operadores do Regime de Comércio de Licenças de Emissão da UE).

### Combinar recursos no exterior da UE

No exterior da UE, o Banco mantém uma estreita colaboração com as instituições da UE, governos de Estados-Membros da União e países parceiros, bem como com outras instituições financeiras internacionais ou bilaterais. Só nos países parceiros e vizinhos da UE o co-financiamento ascendeu a 73 % do volume total de contratos assinados em 2010. Na região ACP, o BEI tem uma longa história de combinação de empréstimos com subvenções da UE.



Uma instituição responsável







A responsabilidade institucional está no cerne da missão do BEI de apoiar os investimentos sólidos que promovam os objectivos políticos da UE.

O Banco está fortemente empenhado em integrar as preocupações ambientais e sociais nas suas actividades operacionais; em assegurar uma boa governação, transparência e responsabilização, para si e para as suas contrapartes; em garantir que os investimentos que financia são sustentáveis e cumpram critérios éticos; em desenvolver relações mutuamente benéficas entre o Banco e as comunidades que o acolhem; bem como em minimizar a sua pegada ambiental. Desde 2005, o BEI tem avaliado e prestado informações sobre as suas práticas de responsabilidade institucional, a qual está totalmente integrada na sua estratégia operacional.

*O BEI tem plena consciência da sua «pegada ecológica»*

Todos os projectos que o BEI financia obedecem aos princípios e normas ambientais da UE. Além disso, uma parte significativa dos empréstimos do Banco destina-se a investimentos especificamente vocacionados para a protecção e a melhoria do ambiente natural e urbano, assim como para a promoção do bem-estar social. Entre os investimentos ambientais contam-se as acções a favor do clima, a protecção da natureza e da biodiversidade, a saúde e a sustentabilidade na utilização dos recursos naturais e na gestão dos resíduos.

Em 2010, o Banco concluiu um estudo-piloto sobre a pegada de carbono dos projectos que financia. Os 73 projectos nos sectores da energia, dos transportes e da indústria, bem como alguns projectos no sector da água que constituíram a amostra apresentaram reduções substanciais nas emissões

de carbono. Este é um resultado directo da opção do Banco pelo financiamento das melhores tecnologias disponíveis, maximizando o potencial das medidas de eficiência energética e promovendo os modos de transporte mais sustentáveis.

O BEI apoia o desenvolvimento social através da concessão de empréstimos a projectos nas áreas da saúde e da educação. Algumas das iniciativas de microfinanciamento do Banco estão especificamente vocacionadas para as necessidades das pessoas socialmente mais desfavorecidas. O BEI financia apenas projectos que respeitem os direitos do Homem e cumpram as normas sociais que o BEI estabelece com base nos princípios enunciados na Carta dos Direitos Fundamentais e nas boas práticas internacionais. Em 2010, o próprio Banco contribuiu para a instituição de boas práticas, organizando uma série de seminários sobre as empresas e os direitos humanos, a fim de facilitar o diálogo

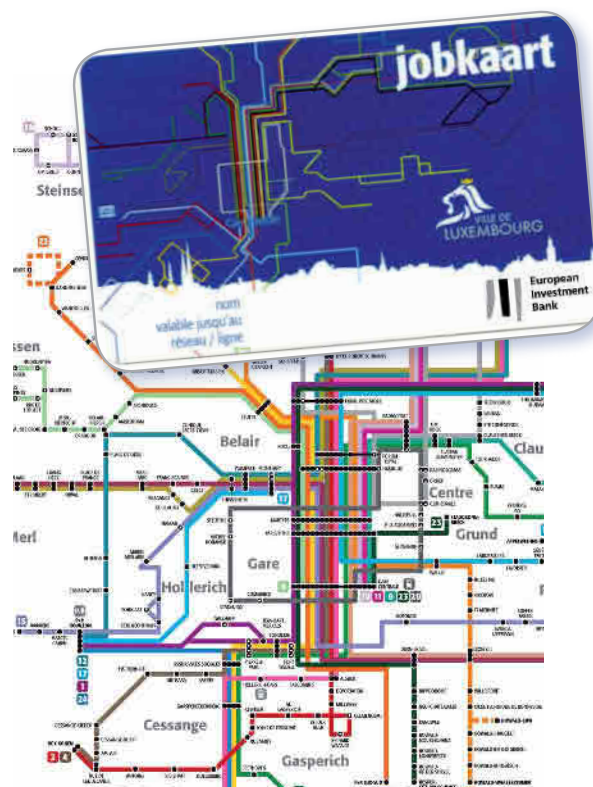


Visita do Presidente do BEI a Uagadugu, Burkina Faso

sobre este tema entre as empresas, a sociedade civil e as organizações intergovernamentais.

O BEI aplica uma política de tolerância zero em matéria de corrupção, fraude, colusão, coerção, branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo nas suas operações e actividades. Foi uma das primeiras instituições financeiras a adoptar uma tal política, tendo também aderido a iniciativas internacionais para exercer pressão sobre as jurisdições não cooperantes para que actuem em conformidade com as normas internacionais.

Como instituição europeia, o BEI está muito empenhado em alcançar o mais elevado nível de transparência possível em todas as suas actividades perante os seus interlocutores externos e internos. Em 2010, o Banco integrou as políticas de transparência e de divulgação de informações ao público num novo conjunto de princípios e práticas que promovem a abertura. A nova política parte do pressuposto básico de que, sempre que possível, as informações acerca das actividades operacionais



Rede de abastecimento de água de Wrocław, Polónia

e institucionais do Banco devem ser divulgadas a terceiros, a menos que exista uma razão imperiosa convincente para manter a confidencialidade.

As relações do BEI com a sociedade civil, incluindo as ONG e outros grupos de interesse, pautam-se pelos mesmos princípios. Do diálogo com a sociedade civil resultam contributos valiosos para a definição das políticas e, muitas vezes, para uma maior sensibilização do Banco para os problemas relacionados com os projectos. Pelo mesmo motivo, o Banco formou parcerias de cooperação com organizações especializadas com as quais partilha objectivos e interesses específicos, tais como o desenvolvimento sustentável, a protecção do ambiente e da biodiversidade ou a redução da pobreza. Em 2010, o Banco manteve parcerias com a *Transparency International*, com a União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) e com a Iniciativa para a Transparência das Indústrias Extractivas (ITIE). No ano passado, o BEI tornou-se ainda membro da aliança



*Global Water and Adaptation Action*, uma rede de instituições financeiras, serviços públicos, associações, institutos de investigação e ONG.

O BEI tem plena consciência da sua «pegada ecológica». Os horários de trabalho flexíveis, os regimes de teletrabalho e os transportes públicos gratuitos reduzem o impacto ambiental das deslocações de automóvel para o local de trabalho. Em 2010, o total das emissões de CO<sub>2</sub> resultantes das actividades próprias do Banco foi estimado em 18 997 toneladas, das quais 94 % são atribuídas à mobilidade e 6 % à energia, aos resíduos e ao consumo de papel. Estes valores confirmam a tendência para a redução das emissões de CO<sub>2</sub> iniciada em 2008.

Como empregador responsável, o BEI formalizou em 2010 as recentes alterações à política de recursos humanos. Esta política do Banco assenta em três pilares. Em primeiro lugar, o Banco deve dispor de colaboradores motivados, com excelente desempenho, que apostam no desenvolvimento contínuo das suas competências. Este pilar é complementado por uma liderança mobilizadora formada por gestores competentes integrados numa óptima estrutura organizacional. Este conceito deve ser realizado num ambiente de trabalho propício e inclusivo, em que as pessoas possam dar o seu melhor. Uma comunicação interna aberta e transparente é um ingrediente crucial para que uma organização alcance os seus objectivos em matéria de recursos humanos.





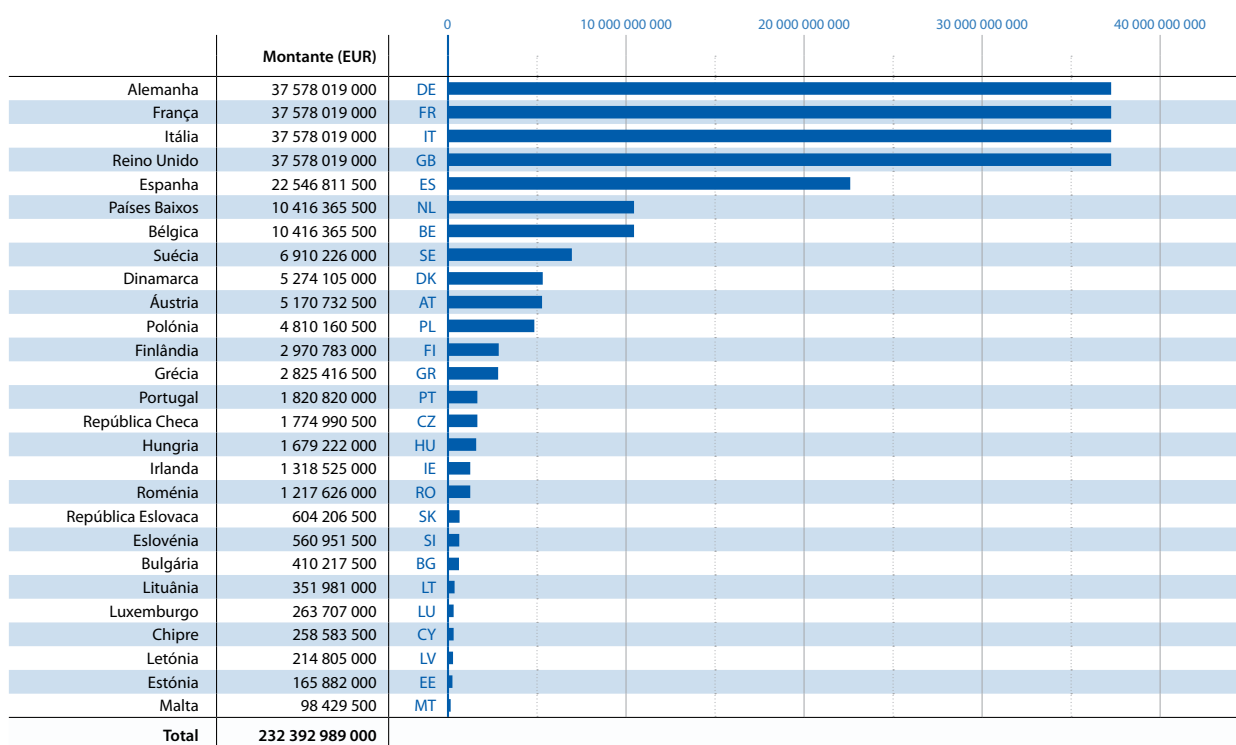
# Capital do BEI e captação de fundos em 2010



Ponte Rion-Antirion  
sobre o Golfo de Corinto,  
Grécia



## Repartição do capital do BEI



O BEI é o banco da União Europeia. É dotado de autonomia financeira e possui um capital social de 232 000 milhões de EUR subscrito pelos seus accionistas, que são os Estados-Membros da UE. O Banco é o maior emissor supranacional e beneficia de uma notação de risco triplo A.

### O capital e os accionistas do Banco

A participação dos Estados-Membros no capital do BEI baseia-se no peso económico de cada Estado na União Europeia (expresso em termos de PIB) à data da sua adesão. Nos termos dos Estatutos, a responsabili-

dade total decorrente dos empréstimos e das garantias concedidos pelo Banco não deve exceder 250 % do montante do capital subscrito, das reservas, das provisões não afectadas e do excedente da conta de ganhos e perdas. Deste montante acumulado é deduzido o montante subscrito, realizado ou não, a título de qualquer participação adquirida pelo Banco.

O rácio de adequação dos fundos próprios do BEI – o rácio entre o capital do Banco e os seus activos – manteve-se em 27,2 % no final de 2010. O Comité de Basileia do Banco de Pagamentos Internacionais fixa o rácio mínimo de adequação dos fundos próprios para os bancos em 8 %.

### Balanço e excedente do exercício

No final do exercício de 2010, o total dos activos cifrava-se em 420 000 milhões de EUR, registando um aumento de 14 % relativamente ao final de 2009. O aumento foi impulsionado pelo crescimento excepcional da concessão de empréstimos nos últimos dois anos, em virtude do papel assumido pelo BEI no Plano de Relançamento da Economia Europeia, ao abrigo do qual o BEI expandiu temporariamente as suas actividades de financiamento, a pedido dos Estados-Membros.

O excedente líquido do exercício cifrou-se em 2 100 milhões de EUR em 2010 (o que representa um acréscimo de 13 %). O excedente reflecte os níveis de financiamento recorde durante a crise, enquanto os custos administrativos aumentaram de forma mais lenta.

### O maior emitente supranacional

O BEI é uma instituição autofinanciada que capta a maior parte dos seus recursos para concessão de empréstimos nos mercados de capitais internacionais, posicionando-se como maior emitente supranacional. Alicerçado no apoio firme dos seus acionistas, numa forte base de capital, na excelente qualidade dos seus activos, numa gestão conservadora do risco e numa estratégia de financiamento sólida, o Banco possui a melhor notação de crédito possível (AAA), confirmada de novo em 2010 pelas agências Fitch, Moody's e Standard & Poor's. Tirando partido da sua capacidade financeira, o Banco consegue captar financiamentos a taxas muito atractivas. Dado tratar-se de uma organização sem fins de maximização do lucro, as vantagens das condições de financiamento do BEI são, na sua maior parte, transferidas para os promotores dos projectos.

### Operação de captação de fundos em 2010

Contornando cuidadosamente a volatilidade dos mercados resultante de eventos externos, o Banco conseguiu contrair empréstimos no montante de 67 000 milhões de EUR em 2010. Os empréstimos nas três principais divisas do Banco - euro (EUR), dólar dos EUA (USD) e libra esterlina (GBP) - continuaram a dominar e ascenderam a cerca de 56 000 milhões de EUR. Com 26 200 milhões de EUR, o euro registou o volume mais elevado, seguido pelo dólar dos EUA (32 300 milhões de USD ou 24 000 milhões de EUR) e pela libra esterlina (4 800 milhões de GBP ou 5 500 milhões de EUR).

As emissões obrigacionistas em divisas secundárias cresceram para 11 400 milhões de EUR. O Banco contraiu empréstimos em 14 outras divisas, a mais significativa das quais o dólar australiano (6 300 milhões de AUD ou 4 300 milhões de EUR), que se aproximou da libra esterlina. As emissões em liras turcas, ienes japoneses, francos suíços e coroas norueguesas alcançaram, cada uma, um volume de 1 000 milhões de EUR ou mais.

### Obrigações de Responsabilidade Ambiental

Em 2010, o Banco captou um total de 543 milhões de EUR através da emissão de Obrigações de Responsabilidade Ambiental no âmbito do seu programa de financiamento. Este produto tem como característica singular que os proveitos obtidos são afectados e utilizados exclusivamente para financiar projectos de apoio às acções a favor do clima nos domínios das energias renováveis e da eficiência energética.

Desde 2007, o BEI tem vindo a emitir regularmente Obrigações de Responsabilidade Ambiental. Captou 1 400 milhões de EUR com este produto até ao final de 2010, através de dez operações realizadas em seis divisas.





Reunião do Conselho de Administração do BEI – Fevereiro de 2011

# Governança do BEI







## Órgãos estatutários do BEI



Sessão do Conselho de Governadores - Luxemburgo

o **Conselho de Governadores**, que se compõe dos ministros designados por cada um dos 27 Estados-Membros (em geral, os ministros das Finanças), define as directivas gerais relativas à política de crédito, aprova as contas e o balanço anuais e decide dos financiamentos do Banco no exterior da União e dos aumentos de capital. Também nomeia os membros do Conselho de Administração, do Comité Executivo e do Comité de Fiscalização. O Conselho de Governadores reúne-se uma vez por ano.

o **Conselho de Administração** tem competência exclusiva para decidir da concessão de financiamentos, especialmente sob a forma de empréstimos e garantias, e da captação de fundos. Além de controlar a boa administração do Banco, garante a conformidade da respectiva gestão com as disposições dos Tratados e dos seus Estatutos e com as directivas gerais fixadas pelo Conselho de Governadores. Os seus membros são nomeados pelo Conselho de Governadores, por um período de cinco anos, renovável, após



designação pelos Estados-Membros, e são responsáveis unicamente perante o Banco.

O Conselho de Administração compõe-se de 28 administradores titulares, designando cada um dos Estados-Membros e a Comissão Europeia um administrador. O número de suplentes é de 18, pelo que alguns destes cargos são partilhados por agrupamentos de Estados. O Conselho de Administração reúne-se todos os meses.

Além disso, a fim de alargar a competência profissional disponível no Conselho de Administração em certos domínios, este Conselho pode cooptar um máximo de seis peritos (três como titulares e três como suplentes), que têm funções meramente consultivas, sem direito de voto.

Salvo disposição em contrário dos Estatutos, as decisões são tomadas por um terço, pelo menos, dos membros com direito de voto e que representem pelo menos 50 % do capital subscrito.

### o **Comité de Fiscalização** é

um órgão independente, directamente responsável perante o Conselho de Governadores, encarregado de fiscalizar as contas do Banco e de verificar se as suas actividades foram efectuadas de acordo com as melhores práticas bancárias. Compete ao Comité de Fiscalização verificar anualmente a regularidade das operações e dos livros do Banco. Aquando da aprovação das demonstrações financeiras pelo Conselho de Administração, o Comité de Fiscalização emite uma declaração sobre as mesmas. Os relatórios do Comité de Fiscalização sobre os resultados do seu trabalho no ano anterior são enviados ao Conselho de Governadores juntamente com o relatório anual do Conselho de Administração.

O Comité de Fiscalização compõe-se de seis membros, nomeados pelo Conselho de Governadores para um mandato não renovável de seis exercícios financeiros consecutivos.



O Comité de Fiscalização

*As disposições que regem os órgãos estatutários constam dos Estatutos e do Regulamento Interno do Banco. A respectiva composição, os curricula vitae dos seus membros e certas informações complementares sobre as modalidades de remuneração são regularmente actualizados e publicados no sítio Web do BEI: [www.bei.org](http://www.bei.org).*



## Órgãos estatutários do FEI



O FEI é dirigido e administrado pelos três órgãos seguintes:

- ⇒ A Assembleia Geral dos accionistas (BEI, União Europeia e 28 instituições financeiras), que se reúne pelo menos uma vez por ano;
- ⇒ O Conselho de Administração, que se compõe de sete membros titulares e sete suplentes e que, entre outras funções, decide das operações do Fundo;

⇒ O Director-Geral, que assegura a gestão do Fundo em conformidade com as disposições dos Estatutos e com as orientações e os princípios gerais adoptados pelo Conselho de Administração.

As contas do FEI são fiscalizadas por um Conselho Fiscal composto por três revisores de contas nomeados pela Assembleia Geral, assim como por auditores externos independentes.

*Os dados sobre os órgãos estatutários do FEI (composição, currícula vitae dos respectivos membros e modalidades de remuneração) e sobre os serviços (composição, currícula vitae dos directores-gerais e dos directores e modalidades de remuneração do pessoal) são regularmente actualizados e publicados no sítio Web do FEI: [www.eif.org](http://www.eif.org).*

## O Comité Executivo do BEI



1. Philippe MAYSTADT 2. Philippe de FONTAINE VIVE CURTAZ 3. Simon BROOKS 4. Matthias KOLLATZ-AHNEN 5. Eva SREJBER  
6. Dario SCANNAPIECO 7. Plutarchos SAKELLARIS 8. Magdalena ÁLVAREZ ARZA 9. Anton ROP

O **Comité Executivo** é o órgão executivo colegial e permanente do BEI, composto por nove membros que, sob a autoridade do Presidente e sob a supervisão do Conselho de Administração, assegura a gestão dos assuntos correntes do Banco e recomenda a este Conselho decisões, garantindo subsequentemente a respectiva execução. O Presidente do Banco preside às reuniões do Comité Executivo. Os membros do Comité Executivo são responsáveis unicamente perante o Banco, e são nomeados pelo Conselho de Governadores, sob proposta do Conselho de Administração, por um período de seis anos, podendo ser reconduzidos nas suas funções. Os quatro maiores accionistas – França, Alemanha, Itália e Reino Unido – têm um lugar permanente no Comité Executivo. O Comité Executivo reúne-se semanalmente.

Nos termos dos Estatutos do Banco, o Presidente preside igualmente ao Conselho de Administração.





A direcção colegial do Banco e as responsabilidades tutelares dos seus membros

Situação em 15 de Abril de 2011

## 1 Philippe MAYSTADT *Presidente*

- ⇒ Estratégia geral
- ⇒ Assuntos institucionais e relações com as restantes instituições financeiras internacionais
- ⇒ Relatórios do Inspector-Geral, do Controlador Financeiro e do Chefe do Gabinete de Conformidade
- ⇒ Recursos humanos
- ⇒ Comunicação interna
- ⇒ Política de igualdade de oportunidades; Presidente do Comité Paritário para a Igualdade de Oportunidades
- ⇒ Implementação de Basileia II e III
- ⇒ Presidente do Conselho de Administração do FEI
- ⇒ Presidente do Comité Orçamental

## 2 Philippe de FONTAINE VIVE CURTAZ *Vice-Presidente*

- ⇒ Financiamentos em França e nos Países Parceiros Mediterrânicos
- ⇒ Comunicação externa
- ⇒ Transparência e política de informação
- ⇒ Relações com as ONG

## 3 Simon BROOKS *Vice-Presidente*

- ⇒ Financiamentos no Reino Unido e nos Países Baixos
- ⇒ Protecção do ambiente e luta contra as alterações climáticas
- ⇒ Auditorias interna e externa e relações com o Comité de Fiscalização
- ⇒ Controlo da conformidade
- ⇒ Mecanismo de Tratamento de Reclamações
- ⇒ Relações com o Tribunal de Contas Europeu
- ⇒ Relações com o Organismo Europeu de Luta Antifraude (OLAF) e com o Provedor de Justiça Europeu
- ⇒ Edifícios, ambiente de trabalho e logística

## 4 Matthias KOLLATZ-AHNEN *Vice-Presidente*

- ⇒ Financiamentos na Alemanha, na Áustria, na Roménia, na Croácia e na Turquia
- ⇒ Financiamento das PME
- ⇒ Novos produtos e operações especiais
- ⇒ Coesão económica e social; Convergência
- ⇒ Assistência técnica; JASPERS
- ⇒ JESSICA
- ⇒ Membro do Conselho de Administração do FEI
- ⇒ Membro do Comité de Subvenções

## 5 Eva SREJBER *Vice-Presidente*

- ⇒ Financiamentos na Finlândia, na Suécia, na Estónia, na Letónia, na Lituânia, nos países vizinhos do Leste, nos países da EFTA e nos países da Ásia Central
- ⇒ Economia do Conhecimento
- ⇒ Avaliação *ex post* das operações
- ⇒ Tecnologias da Informação
- ⇒ Presidente do Comité de Subvenções

## 6 Dario SCANNAPIECO *Vice-Presidente*

- ⇒ Financiamentos em Itália, em Malta e nos Balcãs Ocidentais
- ⇒ Acompanhamento e reestruturação das operações
- ⇒ Planeamento e Orçamento
- ⇒ Eficiência dos Custos
- ⇒ Governador do BERD
- ⇒ Membro do Comité de Artes

## 7 Plutarchos SAKELLARIS *Vice-Presidente*

- ⇒ Financiamentos na Grécia, em Chipre, na Dinamarca, na Irlanda, nos Países ACP e na África do Sul
- ⇒ Gestão do risco
- ⇒ Energia
- ⇒ Estudos sectoriais, económicos e financeiros
- ⇒ Contabilidade
- ⇒ Presidente do Comité de Artes

## 8 Magdalena ÁLVAREZ ARZA *Vice-Presidente*

- ⇒ Financiamentos em Espanha, em Portugal, na Bélgica, no Luxemburgo, na América Latina e na Ásia
- ⇒ Aspectos jurídicos das operações e dos produtos
- ⇒ Finanças e Tesouraria

## 9 Anton ROP *Vice-Presidente*

- ⇒ Financiamentos na Polónia, na República Checa, na Hungria, na Eslováquia, na Eslovénia e na Bulgária
- ⇒ Redes Transeuropeias de transportes
- ⇒ Responsabilidade institucional
- ⇒ Vice-Governador do BERD

## Endereços do Grupo BEI

### Banco Europeu de Investimento

98-100, boulevard Konrad Adenauer – L-2950 Luxembourg  
☎ (+352) 43 79 – 1 ☎ (+352) 43 77 04  
[www.eib.org](http://www.eib.org) - ✉ [info@eib.org](mailto:info@eib.org)

### Fundo Europeu de Investimento

96, boulevard Konrad Adenauer – L-2968 Luxembourg  
☎ (+352) 42 66 88 – 1 ☎ (+352) 42 66 88 – 200  
[www.eif.org](http://www.eif.org) - ✉ [info@eif.org](mailto:info@eif.org)

*A lista de gabinetes externos do Banco pode ser consultada no  
sítio Web: [www.eib.org/offices](http://www.eib.org/offices).*

O BEI agradece aos promotores e fornecedores a seguir mencionados, que disponibilizaram as fotografias que ilustram o presente relatório:

Capa, p.22 C-Power N.V., p.7 Safran, p.8 STMicroelectronics, p.9 Marion Schmieding – Alexander Obst / Berliner Flughäfen, p.15 RENFE, p.17 Nya Karolinska Solna Hospital, p.18 Sincrotrone Trieste S.C.p.A., p.20 Lahti Energia Oy, p.21, 37 MEDGAZ, S.A., p.25 ENEOP - Eólicas de Portugal, p.27 Abengoa Solar, p.31 Renault, p.34, 39 MOMA, p.38 Vodokanal, p.42 União Europeia 2010 PE-EP, p.43 Hamburger Hochbahn AG, p.44 Agfa-Gevaert, p. 2-3, 4, 6, 10-11, 12, 14, 21, 23, 24, 29, 30, 32, 33, 35, 37, 39, 40, 41, 47 48, 49, 50, 53, 55, 56 EIB Photolibrary.

Paginação: Equipa gráfica do BEI.

Impresso na Imprimerie Jouve em papel MagnoSatin com tintas à base de óleos vegetais. Este papel, certificado em conformidade com as regras do Forest Stewardship Council (FSC), é composto em 100 % de fibra virgem (50 % da qual provém de florestas bem geridas).



**Fontes Mistas**  
Grupo de produto proveniente de  
florestas bem manejadas, fontes  
controladas e madeira ou  
fibra reciclada  
Cert. n.º. BV-COC-856319  
[www.fsc.org](http://www.fsc.org)







Grupo Banco Europeu de Investimento • Grupo Banco Europeu de Investimento • Grupo Banco Europeu de Investimento • Grupo Banco Europeu de Investimento

